

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

LUISA FERNANDES CORDEIRO

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: A PRODUÇÃO FLEXÍVEL E SUAS
MANIFESTAÇÕES NA SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

LUISA FERNANDES CORDEIRO

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: A PRODUÇÃO FLEXÍVEL E
SUAS MANIFESTAÇÕES NA SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR

PORTO ALEGRE

2018

LUIZA FERNANDES CORDEIRO

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: A PRODUÇÃO FLEXÍVEL E
SUAS MANIFESTAÇÕES NA SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Serviço Social ao
Programa de Pós-graduação da Escola de
Humanidades da Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis

PORTO ALEGRE
2018

Ficha Catalográfica

C794t Cordeiro, Luisa Fernandes

As transformações no mundo do trabalho : a produção flexível e suas manifestações na subjetividade do trabalhador / Luisa Fernandes Cordeiro . – 2018.

74 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis.

1. Trabalho. 2. Produção Flexível. 3. Subjetividade. 4. Ser Social.
I. dos Reis, Carlos Nelson. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecário responsável: Marcelo Votto Texeira CRB-10/1974

LUISA FERNANDES CORDEIRO

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: A PRODUÇÃO FLEXÍVEL E
SUAS MANIFESTAÇÕES NA SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis – Presidente
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Jane Cruz Prates
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Paulo Roberto Wünsch
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus de Bento Gonçalves

Porto Alegre, 2018

À Ricardo, Regina e Leonardo, pelo amor, incentivo e confiança sem fronteiras.

AGRADECIMENTOS

Reconheço que, ao final dessa etapa, agradecer é a forma mais generosa para demonstrar que essa dissertação de mestrado faz parte de um projeto coletivo. Visto que, para chegar até aqui, precisei de muita gente, e isso significa que não foi feita sozinha; embora o processo da descoberta, da escrita e das reflexões foram feitas no meu tempo.

Exclamo, portanto, o meu agradecimento ao universo, de onde, a partir da minha fé, recebi força e coragem nos momentos de desânimo, pois eles existiram. Agradeço também, a vida, pois pude aproveitar as oportunidades que me apareceram ao longo do mestrado em Serviço Social, e então, despertar ainda mais a certeza e afeto pela docência e pela pesquisa, e desse modo, ampliar o conhecimento, e no meu caso, conhecimento crítico da realidade.

Os momentos que vivi ao longo de minha vida, e desde a graduação, também em Serviço Social pela UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), foram sem dúvidas, pelo companheirismo, incentivo, apoio e confiança dos meus pais, Ricardo e Regina, que aos meus olhos, são a tradução do amor, de perto ou de longe. Agradeço, ao meu irmão, Leonardo, pela irmandade que temos, que em certo aspecto, ultrapassa os vínculos de sangue, o que nos torna irmãos pela vida, pela cumplicidade e pelo amor construído.

Obrigada meus amigos, que em uma terra tão distante da minha, me receberam com carinho e hospitalidade, proporcionando em mim, uma infinidade de alegrias. Demonstrando assim, a importância da diversidade cultural, cada um em seu sotaque, em sua cor, juntos em um mesmo espaço. Buscando conhecimento e também diversão. Nesse sentido, o que construímos e superamos juntos sempre será de grande estima para mim.

Todos os professores que fizeram parte desse processo, tem sua participação em meu processo de formação, assim, agradeço as aulas expostas, e a troca de experiências. Em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis, que de uma forma amigável e profissional soube conduzir minhas ideias, acalmar minhas aflições e sobretudo, confiar nessa dissertação e em mim, o que só engrandeceu a minha produção. Desse modo, obrigada professor pela paciência, estimo seu empenho e sua importância nessa jornada. Quero também, agradecer a Prof^a. Dra. Jane Cruz Prates, é uma grande inspiração, por suas produções, pela confiança que transmite a todos(as) alunos(as) e por sua dedicação na formação de todos que passam pela sua vida. Reforça, portanto, que muito do que sou hoje como profissional está ligado à sua forma de ensinar.

Por fim, agradeço, de forma coletiva todas as pessoas que estiveram envolvidas nesse trabalho, que acreditaram em mim e contribuíram para a realização dessa etapa. Essa dissertação leva o meu nome, mas quero dizer que, não é minha. Nesse sentido, o meu desejo é, que todas as pessoas possam se sentir representadas, pois faço parte de uma categoria profissional que tem o compromisso com o coletivo e com a luta da classe trabalhadora, portanto com a transformação da realidade.

"É uma luz universal de que se embebem todas as cores,
e que as modifica em sua particularidade.
É um éter especial, que determina o peso específico de
todas as coisas emprestando relevo ao seu modo de ser (...).
O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que domina tudo".

Karl Marx

RESUMO

Propõe-se, neste estudo, uma reflexão sobre os movimentos mais contemporâneos do modo de produção capitalista. Compreende-se o ser social como um ser portador de objetivações, portanto, composto pela subjetividade. Realiza-se uma análise como o modo de produção capitalista e suas engrenagens impactam o processo de formação da subjetividade, em especial no período da produção flexível. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que a apreensão do movimento do real é fundamental. Inicialmente, discute-se os fundamentos do modo de produção capitalista, seguido da produção flexível e a categoria trabalho, e, sendo esta fundante do ser social, revelam-se os primeiros movimentos que são a chave para a dissertação. Logo após discute-se o ser social, compreendendo sua ontologia e o processo de formação da subjetividade, utilizando-se as categorias alienação, fetichismo da mercadoria, reificação e práxis social. Essas categorias são protoformas para a compreensão da relação entre ser social e o modo de produção capitalista. Finalmente, faz-se a aproximação do objeto, tendo como referência a nova divisão internacional do trabalho. Nesse momento se debate sobre o conflito entre as transformações no modo de gerar a força de trabalho na produção flexível e seus impactos na formação da subjetividade do ser social nesse cenário.

Palavras-Chave: Trabalho, Produção Flexível, Subjetividade, Ser Social.

ABSTRACT

It is proposed, in this study, a reflection on the most contemporary movements of the capitalist mode of production. It is understood the social being as a being that carries objectifications, therefore, composed by subjectivity. An analysis is made as the capitalist mode of production and its gears impact the process of subjectivity formation, especially in the period of flexible production. It is a qualitative research, in which the apprehension of the movement of the real is fundamental. Initially, the fundamentals of the capitalist mode of production are discussed, followed by flexible production and the work category, and being this founder of social being, the first movements that are the key to the dissertation are revealed. Soon after, the social being is discussed, understanding its ontology and the process of the formation of subjectivity, using the categories alienation, commodity fetishism, reification and social praxis. These categories are protoforms for understanding the relationship between social being and the capitalist mode of production. Finally, the object is approximated, with reference to the new international division of labor. At that moment, there is a debate about the conflict between the transformations in the way of generating the work force in flexible production and its impacts on the formation of the subjectivity of the social being in this scenario.

Keywords: Work, Flexivel Production, Subjectivity, Being Social.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 O TRABALHO E SEU PROCESSO DE GESTÃO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA	15
2.1 A gênese do ser social	17
2.2 Processo de trabalho	19
2.3 Processo de gestão do trabalho: produção flexível.....	26
3 A SUBJETIVIDADE	37
3.1 Ensaio sobre a subjetividade em Marx	38
3.2 A subjetividade em tempos de produção flexível.....	45
3.3 As manifestações do modelo flexível de gestão da força de trabalhos na classe trabalhadora.....	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERENCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

Na dinâmica da sociedade capitalista contemporânea percebem-se contradições nítidas, entretanto, sua formação deve ser investigada, pois, sua origem ocorre na produção de mercadorias, o que configura a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, características determinantes do modo de produção capitalista. A divisão social do trabalho é compreendida como uma atividade de labor exclusiva de cada trabalhador. Dessa forma, o processo de exploração do trabalho é o eixo central das relações de produção, afinal, o capitalista se apropria do trabalho excedente na busca incessante pelo lucro.

Ao se analisar esse modo de produção é indispensável estudá-lo sob a ótica do materialismo histórico dialético, que traz consigo contribuições fundamentais para se entender a produção e a reprodução das relações sociais na sociedade. São esses os fundamentos nos quais esta dissertação de Mestrado está alicerçada, e o anseio consiste em investigar qual a real importância e os fundamentos de categorias centrais na reprodução e construção do cotidiano.

Desde a superação do feudalismo até a contemporaneidade, o modo de produção capitalista assumiu movimentos que podem ser detectados ao longo do seu processo histórico¹, os quais produziram modificações diretas na formação e no comportamento da sociedade. Entretanto, para fins desta dissertação tem-se como ponto referencial de observação as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, e, principalmente, as transformações no comportamento do ser social em época de produção flexível. O intervalo temporal de análise tem seu início na década de 1970 aos anos 2010.

O tema contempla a análise das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, ou seja, tendo como ponto de partida a nova divisão internacional do trabalho, em que a principal mudança consiste na chegada da produção flexível. As mudanças e observações feitas serão norteadas pelos referenciais teóricos que dão sustentabilidade a essa nova configuração do mundo do trabalho.

A partir do exposto chega-se ao ponto crucial da pesquisa, que consiste no desocultamento da formação da subjetividade do sujeito pertencente à classe trabalhadora, sob a ótica da produção flexível. Busca-se compreender quais são os impactos que atingem sua construção e seus reflexos para a organização da classe trabalhadora.

¹ Para compreender as transformações ocorridas no modo de produção capitalista desde o seu surgimento até a atualidade, ver: Karl Marx – O Capital, Livro I, 2013. István Mészáros – Para Além do Capital, 1 ed, 2011. Karl Marx – Contribuição à Crítica da Economia Política - 2. ed, 2008. Karl Marx – Manuscritos Econômico-Filosóficos, 2010.

Diante dessas breves reflexões, esta dissertação é fruto das construções realizadas desde o ingresso no curso de Serviço Social, atreladas ao arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que a caminhada acadêmica proporciona e ainda há de proporcionar. Antes de qualquer outra justificativa, ao se escolher o método materialista dialético crítico revela, por si só, a opção de classe feita enquanto caminho que guiará a pesquisa. A motivação principal que norteia esse tema liga-se aos primeiros reflexos da superação da “pseudoconcreticidade²” que dá origem ao mundo da reificação, das falsas aparências diante da compreensão do metabolismo da ordem do capital. No entanto, as disciplinas que têm como centro de debate a “teoria social marxista”, os “sujeitos sociais” e as “classes sociais” instigaram o interesse pelo tema, pois possibilitaram profunda reflexão acerca da condição em que os sujeitos sociais ficam, na cena contemporânea, frente às mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho — fruto da própria essência do modo de produção capitalista.

A justificativa em que se baseia a presente dissertação está na possibilidade de aprimorar o processo do saber, dar visibilidade a fenômenos que nos rondam e capturam na vida cotidiana. Ou seja, a contribuição social aqui pretendida inclui-se no universo profissional e acadêmico, e o intuito é o de acrescentar — no processo de desvendamento da vida humana e da formação do ser social — contribuições que possibilitem ao homem reconhecer-se como sujeito histórico, agente transformador e pertencente à única classe social capaz de uma transformação social, a fim de alcançar uma sociedade emancipada que permita ao ser social desenvolver-se integralmente, uma sociedade para além das amarras da dominação de uma classe sob a outra. Assim, ao tecer a teia de pensamentos e reflexões ao longo do processo acadêmico, questões surgiram e causaram inquietações que estão referenciadas nas seguintes questões:— a importância de desenvolver uma dissertação sobre o tema que busca compreender como o modo de produção capitalista e o mundo do trabalho, com suas novas organizações, podem estar, cada dia mais, capturando a formação da subjetividade do ser social; e a possível organização da classe trabalhadora, retardando a possibilidade de o ser social elevar-se — a consciência do seu em-si —, o que de fato representaria algo inédito, em que o sujeito fosse capaz de se reconhecer em sua própria história e também reconhecer a classe à qual pertence. Através dessa busca, e diante do tema proposto, pode-se reafirmar a defesa de uma sociedade

² “O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural (...)” (KOSIK, 1989, p.11).

para além do capital, que se faz presente no Projeto Ético-político da categoria profissional dos Assistentes Sociais.

Ressalta-se que a discussão proposta é pertinente ao Serviço Social, pois o mesmo também se encontra sob a ótica desse cenário atual, além de ter em seu projeto ético-político profissional forte vínculo com a classe trabalhadora. Buscou-se, então, dar à academia mais um momento de reflexão e debate sobre o modo com que esse processo de mudança na forma de gestão da força de trabalho tem recaído sobre todos, ainda que de maneira obscura em alguns momentos. Desse modo, a importância da discussão está em auxiliar na projeção de novos horizontes, trazendo consigo a possibilidade de contribuir com mais subsídios para a profissão.

Sendo assim, fazem-se presentes, aqui, argumentos-chave para a defesa do tema, e sua contribuição pretende endossar os rumos sustentados pelo Serviço Social, em defesa da classe trabalhadora.

Para iniciar esta pesquisa é importante a delimitação de um problema central e de questões norteadoras para que possam melhor orientar a compreensão do objeto a ser investigado. Para tanto, antecedem-se alguns questionamentos que ganham importância para endossar o caminho da análise do objeto escolhido: Quais foram as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho com a produção flexível e o novo modelo de gestão do trabalho? O modo de se comportar do ser social na produção e reprodução da vida foi modificado? Quais as consequências visíveis na organização da classe trabalhadora ao longo das mudanças no modo de produção? A partir da elaboração dessas indagações, a formulação do problema central tomou a seguinte forma, considerando-se a nova divisão internacional do trabalho que se fundamentou, basicamente, na produção flexível: quais as transformações ocorridas no mundo do trabalho que impactaram o processo de formação da subjetividade e de organização dos indivíduos da classe trabalhadora? E para complementar a investigação as questões norteadoras inserem-se nos seguintes questionamentos: quais os referenciais teóricos que fundamentam o mundo do trabalho a partir da produção flexível? Quais as transformações ocorridas no mundo do trabalho no contexto de reestruturação produtiva? Como a produção flexível impacta o processo de formação da subjetividade e de organização dos indivíduos da classe trabalhadora? São questões fundamentais que proporcionam uma linha central de análise do objeto e de todos os movimentos que abarcam as mudanças no mundo do trabalho.

Diante do problema central e das questões norteadoras desta pesquisa, buscou-se elencar os objetivos — o central e os específicos —, tendo-se como horizonte a melhor estratégia para a investigação científica. Para tanto, o objetivo geral consiste em: analisar o processo de

mudança no mundo do trabalho regido pelo modo de produção capitalista e o novo modelo de gestão produtiva, a denominada produção flexível na contemporaneidade, a fim de contribuir com subsídios para compreender como esses movimentos repercutem na vida da classe trabalhadora, podendo capturar a subjetividade do sujeito e sua organização enquanto classe.

Para se obter um processo mais minucioso da descoberta, os objetivos específicos contêm, com mais clareza, o objeto a ser desvelado, e as ações necessárias para dar embasamento teórico e prático ao estudo. São eles: fornecer elementos teóricos para uma análise da sociedade na contemporaneidade; desvelar o movimento que a produção flexível trouxe para a formação da subjetividade do sujeito; e analisar os impactos que o novo modelo produtivo produziu na classe trabalhadora e em sua organização. Dessa forma, têm-se, aqui, elementos-chave para o processo investigativo.

O caminho para alcançar os objetivos elencados está determinado pela escolha do método de análise da realidade. Compreende-se que a escolha do método é, sobretudo, um artifício que irá imprimir o enredamento na qual a vida social está estabelecida. Para tanto, o que dará sustentação teórico-metodológica à realização desta pesquisa será, precisamente, o método dialético-crítico, fundamentando pelo materialismo histórico, no esforço de apreender e decifrar o movimento da realidade em seus conflitos e contradições, pois, a “realidade tal qual a Esfinge, desafia – “Decifra-me ou te devoro”. (ALCOFORADO, 2009, p.721).

A realidade é um complexo de contradições entrelaçadas historicamente pelos processos sociais, políticos e econômicos dos sujeitos em pontuais espaços de tempo e não se dá a conhecer no campo da imediatez, pois, a essência dos fatos é ocultada pelos fenômenos. Para desmistificar a realidade e alcançar o movimento do real é imprescindível a separação entre aparência e essência. A ver que, toda ciência poderia se tornar supérflua se, a forma de manifestar e a essência das coisas coincidisse prontamente" (MARX, 2012).

Esse movimento é possibilitado por meio da pesquisa científica, e o ponto inicial para a análise é o conceito de teoria:

É o conhecimento do objeto da pesquisa tal como ele é em si mesmo, em sua determinação real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. Através da teoria o sujeito realiza o projeto, desvendando sua essência, ou seja, a estrutura e a dinâmica do objeto, através de um movimento ideal na busca do real (NETTO, 2009, p.5).

Dessa forma, por intermédio da pesquisa, o que se busca é uma reprodução do movimento da realidade. Percebe-se que a parte conhecida [da realidade] não representa o todo

nem se mostra imediatamente, de modo que as representações que daí emanam devem ser negadas e analisadas à luz de um conhecimento superior (teórico) (GUERRA, 2009).

Para tanto, a presente pesquisa se vale de um estudo teórico-bibliográfico, com um enfoque qualitativo, pois “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p. 21).

Com a finalidade de desvendar as dimensões constitutivas do objeto de pesquisa, o estudo qualitativo estrutura-se em etapas interligadas. Sendo assim, tem-se dois níveis: *exploratório* e *descritivo*. Exploratório porque encontra como finalidade desenvolver, esclarecer e transformar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos (GIL, 2007). Nas pesquisas exploratórias não se costuma aplicar procedimentos e técnicas quantitativas de coleta de dados. No que diz respeito à pesquisa descritiva, ela tem o objetivo de descrever características de determinada população ou fenômeno, além de estudá-las e problematizá-las (GIL, 2007). Dessa forma, as pesquisas exploratórias e descritivas não paralisam no momento de identificação e descrição dos conceitos, características e fenômenos, pois, através da análise e da problematização dos dados coletados é possível que se contribua para a transformação da realidade onde ocorre a pesquisa.

Para iniciar essa etapa, a técnica de pesquisa utilizada foi a revisão bibliográfica, ou seja, a busca por conceitos e reflexões baseados em autores que se dedicam ao tema, visando sustentar e fundamentar teoricamente o estudo. Sendo assim, buscou-se estudar o movimento do modo de produção capitalista e suas especificidades, abordando temas centrais desse processo. Isto porque compreender os principais mecanismos que estão atrelados e movimentam a sociedade capitalista é impositivo para que se consiga avançar na direção da essência dos fenômenos da sociedade contemporânea. Portanto, realizou-se, aqui, uma investigação com a finalidade de entender o processo da formação do ser social.

No segundo momento realizou-se uma investigação acerca dos antecedentes históricos e as interferências do modo de produção capitalista sob a constituição da categoria trabalho, no processo de constituição do ser social e a formação da subjetividade. Buscou-se, então, desvendar as transformações ocorridas no mundo do trabalho após a chegada da produção flexível, de modo a compreender qual sua real influência na cena contemporânea e na formação do sujeito, e quais seus impactos na classe trabalhadora. Para esse momento também se utilizou a revisão bibliográfica.

Tendo-se finalizado essa etapa, que abarcou os movimentos que cercam o objeto de pesquisa, foi necessário iniciar outra, no intuito de interpretar a teoria encontrada nos estudos.

Para tanto, a técnica de análise utilizada foi a análise interpretativa. Essa técnica permite interpretar a teoria e traçar um paralelo com a realidade, procurando-se dar sentido maior às respostas encontradas, considerando-se que “[...] a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema [...]” (MARCONI e LAKATOS, 2005, p. 170).

Nesse sentido, sistematizou-se a revisão bibliográfica e a análise interpretativa com base nas questões norteadoras e com o problema central que, tomando como referência a nova divisão internacional do trabalho, se fundamentou, basicamente, na produção flexível, nas transformações ocorridas no mundo do trabalho que impactaram as mudanças da construção da subjetividade da classe trabalhadora. Sendo assim, com o intuito de compreender a dinâmica obscura que cerca o interior do modo de produção capitalista e as transformações do mundo do trabalho, ao final do processo de investigação, será apresentado, com o uso recorrente do método teórico-metodológico, o real movimento do objeto, evidenciando-se suas múltiplas determinações e descotando-se sua essência.

Desse modo, os passos seguidos no processo de construção desta pesquisa firmaram-se em capítulos. No primeiro deles busca-se resgatar, pontualmente, aspectos da trajetória do modo de produção capitalista, divididos em subitens: a constituição do modo de produção capitalista e seus princípios, as fundamentações teóricas sobre a categoria trabalho diante da produção flexível. No segundo capítulo desvela-se a gênese do ser social e a formação da subjetividade. No terceiro e último capítulo se faz a junção de todos os argumentos teóricos apresentados, aprofundando-se o eixo central desta pesquisa que consiste em: estabelecer a relação entre produção flexível, um novo modo de gestão do trabalho, e a formação da subjetividade do ser social e os seus reflexos no comportamento do sujeito. Busca-se aprofundar o debate para compreender o movimento de organização da classe trabalhadora e seus impactos sobre a produção e reprodução da vida que, em certo aspecto, podem descaracterizar a busca pela emancipação humana.

Portanto, nesses três capítulos buscou-se investigar os processos e movimentos que permeiam o cotidiano e que, de maneira perspicaz, permeiam a vida do trabalhador.

2 O TRABALHO E SEU PROCESSO DE GESTÃO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Nos movimentos que orientam o funcionamento do modo de produção capitalista, algumas categorias são de fundamental importância para o alcance do objetivo de desocultamento dos processos que ocorrem na vida do ser social. Para tanto, o primeiro passo nesse percurso é contribuir com elementos teóricos, históricos e práticos para que se compreenda a historicidade de movimentos e processos que acabam sendo naturalizados.

Não há como negar o fato de que a mercadoria está presente na vida de todos os sujeitos. A priori para satisfazer necessidades humanas — materiais ou espirituais. Sabe-se que a mercadoria se manifesta com duplo caráter — valor de uso e valor de troca —, então, para que se compreenda qual o sentido da mercadoria nas relações sociais estabelecidas dentro do modo de produção capitalista é necessário que se expliquem os seus conceitos. Adianta-se, aqui, que toda e qualquer mercadoria é produto do trabalho humano.

É importante que, ao se contemplar o valor de uso (substância do valor), que é a primeira forma em que a mercadoria aparece³, inicialmente é necessário compreender que o valor de uso não possui valor senão para o uso de fato, e somente se torna real a partir do processo de consumo e se transforma em meio de existência. Ao compreender o valor de uso de maneira insensível ao modo de produção estabelecido, apenas como valor de uso *in natura*, não há como realizar o processo investigativo através da economia política.

Portanto o valor de uso só se materializa no momento em que se consome, afinal, sabe-se que o valor de uso não possui as relações de produção dessa mercadoria.

Qualquer que seja a forma social da riqueza, os valores de uso constituem sempre seu conteúdo, que permanece em primeiro lugar, indiferentemente a essa forma. Ao provar o trigo, não se conhece quem o cultivou: servo russo, modesto aldeão francês ou capitalista inglês. Ainda que o valor de uso seja objeto de necessidades sociais e se articule, por conseguinte, à sociedade, não expressa, todavia, uma relação de produção social (MARX, 2008, p.54).

Entretanto, para complementar seu duplo caráter, o valor de troca é fundamental. Ele é necessário para que as mercadorias sejam trocadas. A abstração das diferenças concretas das mercadorias possibilita que elas sejam igualadas à essência da produção: serem produto do trabalho humano. Esse movimento permite que duas mercadorias diferentes sejam trocadas. A incorporação do trabalho humano nas mercadorias é representada através do valor de troca, contudo o trabalho aqui representado é homogêneo, não diferenciado (MARX, 2008), ou seja,

³ A palavra “aparece”, surge para indicar que não está no mesmo sentido que “é”. Então, compreende-se que algum fenômeno diferente do que surge no aparente acontece por trás.

a individualidade dos trabalhadores desaparece. Percebe-se que o que torna a mercadoria intercambiável é compreendido como um mundo de aparências dessa categoria denominada valor. O trabalho que gera o valor de troca é trabalho humano abstrato⁴ ou objetivado. Considera-se o tempo socialmente gasto, que também não é suficiente para agregar valor na troca, pois não se considera todas as particularidades do trabalho. Assim, o caráter da mercadoria é ser algo misterioso, pois o trabalhador não se reconhece nela. Suas características sociais são escondidas e apresentadas como características materiais.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos (MARX, 1983 p.71).

Dessa forma, as relações sociais também são comprometidas porque se tornam relações sociais entre coisas, ou relações sociais reificadas. Quando os produtos do trabalho parecem ter vida própria e se tornam a base da relação entre os homens, as relações sociais assumem a forma ilusória de uma relação entre coisas e, dessa forma, é naturalizada pela sociedade regida pelo modo de produção capitalista, o que fragmenta a vida social e impede a percepção do movimento real

O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (MARX, 2013, p.114).

Portanto, para a produção mercantil, ou seja, para a produção de mercadorias, entende-se que seja necessária a existência de condições fundamentais — a divisão social do trabalho e a propriedade privada. Entretanto, como ênfase desta dissertação, é necessário que se compreenda a gênese do ser social e a diferenciação das esferas ontológicas que resultam na formação do sujeito, o qual, por sua vez, é um produtor de mercadorias, e, além disso, compreender a sua maneira de se comportar diante da relação que desenvolve com a natureza e sua transformação. Essa reflexão será objeto do item a seguir.

⁴ Destaca-se que há uma distinção entre trabalho abstrato e trabalho: no primeiro caso entende-se como atividade social assalariada, alienada pelo modo de produção capitalista, ou seja, os homens se tornam submissos ao mercado, onde o modo de produção capitalista transforma homens em coisas (reificação) e atrela a vida social ao fetichismo da mercadoria. No segundo caso, o trabalho é compreendido como atividade onde o homem transforma a natureza e ao mesmo tempo transforma a si mesmo e a totalidade social da qual é parte.

2.1 A gênese do ser social

O debate sobre o trabalho através da diferenciação das três esferas ontológicas se faz necessário, pois a transformação do homem em ser social está dentro das relações construídas entre homem e natureza, mas principalmente pelo papel determinante da consciência. Na esfera mineral, o processo de evolução do ser é simplesmente a transformação em algo distinto, algo natural, do mesmo modo que a pedra se transforma em terra. Em um processo natural, e sem um órgão consciente da transformação, não há vida. A esfera biológica é um processo de recolocação do mesmo, no sentido da reprodução, exemplificado através da reprodução das árvores, que também é algo natural, e não há novidade, existe uma incansável repetição do que já está dado. Portanto a vida do indivíduo social não poderia desdobrar-se baseada nas duas esferas iniciais (mineral e biológica), afinal o que serve de terreno fértil para a realização do ser social está contido em si e somente em si mesmo: a consciência.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera [...] chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p.255-256).

A esfera ontológica social é permeada por questionamentos, planejamentos, dúvidas e escolhas, isto é, só ocorre por que aqui ocorre a mediação da consciência, e só o indivíduo social a detém. O diferencial está principalmente na capacidade que o homem/mulher⁵ tem de avaliar a situação real e concreta, baseada nas suas experiências passadas, ou diante de situações momentâneas buscar soluções para ter novas ideias para o futuro. Ou seja, a dimensão teleológica que consiste na capacidade do homem de projetar o que futuramente será resultado do seu trabalho, de modo que obtenha respostas para situações reais.

O acúmulo de experiências, resultante da jornada de trabalho do homem ao longo do tempo e envolta na natureza, resulta em um processo que só é possível na esfera ontológica social. Eis aqui o momento em que o homem consegue elevar a consciência do seu “em si”, e esse movimento cria a possibilidade de que ele reconheça quem ele é fundamentado em sua própria história. Mas esse momento não significa que o homem esteja com sua história pronta

⁵ Ao longo desta dissertação, a partir de agora, utiliza-se apenas homem/homens para não ser necessária a repetição homem e mulher/homens e mulheres, referindo-se aos membros do gênero humano, constituído necessariamente e concretamente por homens e mulheres (NETTO, 2011).

e acabada, aqui o gênero Humano se vê em constante processo de construção. Desse modo, fica clara a distinção entre as três categorias, em que há uma distinção no formato real de ser, a qual é ontológica e está ligada às processualidades sociais. No ser social, a consciência tem papel imprescindível, e é nessa esfera que o homem consegue dar respostas reais a problemas reais.

O indivíduo social se diferencia pela constante e interrompível produção do novo, e isso acontece através da ação de transformar o mundo que o cerca de maneira consciente, ou seja, teleologicamente posta (LESSA, 2016).

Salienta-se que as três esferas são completamente distintas, justamente pela ausência do grande fator em duas delas: consciência. Todavia as três categorias estão devidamente ligadas. Compreende-se que, sem esfera inorgânica não há vida, e sem vida não se tem indivíduo social. Nesse momento, aparece a processualidade evolutiva, em que a articulação das três esferas compõe uma importante linha de compreensão do surgimento e da reprodução do indivíduo social: do inorgânico surgiu a vida, e então o ser social. Isso tem grande importância; o ser social pode se produzir-se e existir apenas com uma contínua e inerente relação com a natureza,

No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, surgem, tanto no próprio ser humano como em todos os seus objetos, relações, vínculos etc., como dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base (MARX, 2013, *apud* LUKÁCS, 2012, p.285).

Observa-se que, para que se tenha uma ontologia do ser social, é necessariamente obrigatório que a base seja formada pela ontologia do ser natural, em que a relação ser social e natureza apareça efetivamente. Em outras palavras pode-se compreender que a gênese e o desenvolvimento da vida e do ser social não são potenciais destruidores da configuração final do ser que aparece; ao contrário, o conjunto das duas esferas ontológicas e do ser social faz com que sua última configuração apareça com novas nuances e então mais aprimorada e articulada. Sobretudo a configuração ontológica final é exponenciada no momento em que a reprodução social está constantemente em troca com a natureza, e também que sem natureza, não há ser social.

Soa paradoxal ao se pensar que, as três esferas ontológicas são atreladas à articulação e à diferenciação, entretanto, para que se compreenda acertadamente o que as cercam, leva-se em consideração o momento predominante, um processo dialético.

A existência do salto ontológico não é anulada pelo fato de esse processo, na realidade, ter sido bastante longo, com inúmeras formas de transição. Com o ato do pôr teleológico no trabalho está presente o ser social em si. O processo histórico do seu desdobramento, contudo, implica a importantíssima transformação desse ser-em-si num ser-para-si e, portanto, a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais cada vez mais puros, mais próprios (LUKÁCS, 2012, p.287).

Ou seja, sem o salto ontológico o novo ser que surge a partir dele não há como se materializar. Percebe-se que todo e qualquer salto ontológico está ligado à mudança qualitativa e estrutural, e o primeiro estágio está completo de ideias iniciais e possibilidades das próximas fases, pois estas não podem ser realizadas a partir de uma continuidade simples. O salto ontológico consiste, sobretudo, em romper com o retilíneo contínuo do desenvolvimento e não pelo aparecimento repentino de uma nova forma de ser. O salto corresponde ao momento negativo de ruptura, negação da esfera ontológica anterior, embora o novo ser não se esgote aqui, afinal a processualidade evolutiva já está para além do salto por si só.

No processo articulado entre a esfera inorgânica e a vida transparece essa relação salto ontológico e desenvolvimento processual do novo ser. O salto ontológico fundamental e inicial foi o que deu origem à vida (do inorgânico para o biológico), o que forneceu base para o processo evolutivo, dando origem a um novo ser.

Do mesmo modo que a reprodução do mesmo se forma em um momento predominante do salto ontológico, que foi o requisito para dar origem à vida, a reprodução do novo, que vem orientada por uma transformação consciente, norteada pelo real, se concretiza no momento do salto que marca a gênese do ser social. Dessa maneira, em relação ao ser social, a reprodução do novo, de maneira consciente, determina sua gênese ser social.

O que evidencia o momento do salto ontológico da vida no mundo dos homens é o trabalho, que é uma categoria social. Dessa forma, no próximo discorre-se sobre a centralidade do trabalho na composição das relações sociais.

2.2 Processo de trabalho

Ao dar enfoque à categoria trabalho, torna-se necessário compreender o seu significado no processo de constituição do indivíduo social dentro do modo de produção capitalista. Compreende-se que é oportuno o momento para discorrer sobre essa categoria na contemporaneidade, pois surgem debates como o fim do trabalho vivo, “adeus ao proletariado”

(Gorz, 1980, 1982), em dado momento histórico, em que a classe trabalhadora passa por transformações em suas características, e isso deve ser atribuído ao novo padrão de produção, e o mais recente, desde a década de 1970, é a produção flexível.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. [...] O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo em que o ser humano, como sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica *sua própria natureza* (MARX, 2013, p.255).

É importante que se considere o processo de trabalho, o qual condensa os seguintes elementos: a atividade orientada a um fim ou o trabalho propriamente dito, seu objeto e seus meios. A dimensão teleológica está na capacidade de “projetar antecipadamente na sua imaginação o resultado a ser alcançado pelo trabalho [...] ao realizá-lo, provoca uma mudança de forma da matéria natural, mas nela realiza seus próprios fins” (IAMAMOTO, 2012, p.40).

Desse modo, compreende-se que todos os elementos que o processo de trabalho separa de sua conexão natural com a terra são objetos de trabalho que preexistem, sem a interferência do homem. Tem-se, como exemplo, o minério arrancado de seus veios. Entretanto considera-se que, quando o objeto de trabalho já passou por um processo de trabalho anterior, denomina-se matéria-prima. E então se tem o exemplo do minério que já fora extraído da mina e agora será lavado (MARX, 2013). Salienta-se, portanto, que toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima, porque só poderá tornar-se matéria-prima quando já tiver passo por alguma alteração que tenha sido mediada pelo trabalho.

Outro elemento que deve ser considerado no processo de trabalho são os meios de trabalho, que é a ligação entre o trabalhador e o objeto de trabalho que vai guiar sua atividade e sua relação com este objeto observa-se que

ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito. O objeto de que o trabalhador se apodera imediatamente – desconsiderando-se os meios de subsistência encontrados prontos na natureza, como as frutas, por exemplo, em cuja coleta seus órgãos corporais servem como únicos meios de trabalho – é não o objeto do trabalho, mas o meio de trabalho (MARX, 2013, p.256-257).

E ainda,

a própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como tal na

agricultura, toda uma série de outros meios de trabalho e um grau relativamente alto de desenvolvimento da força de trabalho. Mal o processo de trabalho começa a se desenvolver e ele já necessita de meios de trabalho previamente elaborados (MARX, 2013, p.257).

Dessa forma, os meios de trabalho é uma especificidade do processo de trabalho humano, pois a partir do momento em que a terra oferece a possibilidade de transformação de materiais naturais em ferramentas que irão ser utilizadas na transformação de um objeto, se estabelece uma relação entre homem e objeto. De forma ampliada, o processo de trabalho está composto por seus meios, que são as coisas que irão mediar o resultado do trabalho sobre o objeto, e vão servir, então, como modo ou condutoras da atividade. Também estão no processo de trabalho as condições objetivas que são determinantes para a realização do processo de trabalho (MARX, 2013). Os meios de trabalho explicitam sobre quais condições sociais o trabalho humano se efetiva, e em qual nível de desenvolvimento as forças de trabalho estão.

O trabalho humano, portanto, libera e domina forças e qualidades existentes objetivamente na natureza- que independem da consciência humana -, apropriando-se dessas forças naturais e irradiando-as por meio do trabalho. Forças essas que ao mesmo tempo, desenvolvem, em níveis mais elevados, as próprias capacidades dos homens que trabalham (IAMAMOTO, 2012, p.41).

Compreende-se, então, que no processo de trabalho, ou seja, na atividade humana, através dos meios de trabalho é possível transformar o objeto segundo finalidades já previstas. “No que diz respeito aos meios de trabalho, a maioria deles evidencia, mesmo ao olhar mais superficial, os traços do trabalho anterior” (MARX, 2013, p.259).

Portanto o processo de trabalho, ou seja, o trabalho concreto, produz valores de uso a partir do momento em que se apropria de um elemento que é natural, advindo da terra, e então é utilizado para satisfazer as necessidades humanas. É, pois, uma condição universal da relação existente entre o homem e a natureza, e ressalta-se que esta relação é inerente a qualquer forma de vida e sociabilidade. Contudo é válido que se considere que o trabalho é um ato histórico, porque a partir dele criam-se novas necessidades. Portanto a ação para satisfazer essas novas necessidades e os instrumentos que são criados para tal dão origem a novas necessidades sociais e também a uma produção, as quais impulsionam o consumo (IAMAMOTO).

Assim, o trabalho não é uma categoria exclusiva do modo de produção capitalista, está além, é uma condição de existência do homem. A mediação entre homem e natureza é uma construção dialética que exprime o momento metabólico existente, onde não há como separar

o natural do humano. Compreende-se que este é protoforma⁶ do agir humano.

O momento que precede o planejamento que antecipa a ação denomina-se prévia-ideação. Nesse momento, os resultados das ações são antevistas na consciência, de modo que o resultado acaba sendo idealizado (projetado na consciência) antes mesmo de ser finalizado/materializado. Por isso,

no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (MARX, 2013, p. 255).

A previa-ideação é um momento abstrato, mas isso não quer, de modo algum, dizer que não tenha existência material e real, pelo contrário, tem papel de base na determinação material da práxis social⁷. Nesse momento, a característica da prévia-ideação é fundante na vida dos homens, afinal, por justamente possuir um caráter abstrato, então é o momento que o homem consegue colocar em questão: passado, presente e futuro, e a partir de então, idealmente projetar o resultado de sua práxis. Se realizada na prática, ou seja, objetivada, a prévia-ideação pode ser como tal. Dessa forma, a previa-ideação, é determinado pelas circunstâncias sociais da qual o indivíduo faz parte, ou seja, a prévia-ideação existe enquanto resposta singular a uma situação social genérica, concreta. Afinal, ao se conceber algo idealmente se confronta através da consciência à situação presente (concreta), com situações semelhantes do passado, dessa forma, os conhecimentos já adquiridos e, ao mesmo tempo se projeta o futuro. Assim, o caminho entre converter o que é idealizado em objeto traz consigo não só a transformação do que está projetado na consciência, mas também um setor da realidade que é definido como: objetivação, pois, “ser humano, para Lukács, significa uma crescente capacidade de objetivar/exteriorizar – isto é, transformar o mundo segundo finalidades socialmente postas” (LESSA, 2016, p.31).

Mediante o papel da consciência que gerou a prévia-ideação e a realização do objeto, ou seja, percebem-se duas relações de base: a primeira é que sem a prévia-ideação o objeto não existiria, e, aqui, o sentido é a transformação da ideia em objeto. E a segunda relação é que entre a consciência do ser social e o objeto criado existe um abismo para sua distinção no plano

⁶ Protoforma não significa categoria primeira, mas a categoria originária, mais simples, primária. Como se vê, não há como haver trabalho anterior ao ser social (LESSA, 2016).

⁷ A expressão práxis social “refere-se, em geral, à ação, à atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado um ser da práxis [...]”. (BOTTOMORE, 1998, p. 460).

do ser, e compreende-se que o objeto criado sobrevive ao seu criador próprio. Criador e criatura são seres completamente distintos. Observa-se que o trabalho é uma atividade idealizada pelo homem, uma atividade pensada e que requer o domínio do conhecimento diante de suas necessidades. Dessa forma, o trabalho, então, é uma atividade específica do homem, pois nesse movimento são feitas escolhas de instrumentos necessários para a produção dos valores de uso. Assim, compreende-se que

o trabalho é, portanto, inseparável do conhecimento, de ideias e de concepções de mundo, isto é, de formas de pensar a vida real. O ser que trabalha, constrói para si, através de sua atividade, modos de agir e de pensar, ou seja, uma maneira especificamente humana de se relacionar com as circunstâncias objetivamente existentes, delas se apropriando tendo em vista a consecução de fins propostos pelo sujeito na criação de objetivos capazes de desempenhar funções sociais, fazendo nascer valores de uso (IAMAMOTO, 2012, p.42).

E ainda:

através do trabalho uma posição teleológica é realizada no interior do seu material, como nascimento de uma nova objetividade. A primeira consciência disso é que o trabalho torna-se protoforma de toda a práxis social [...] sua forma originária desde que o ser social se constitui. O simples fato de que o trabalho é a realização de uma posição teleológica é para todos, uma experiência elementar da vida cotidiana. (ANTUNES, 2007, p.137)

Dessa maneira, compreende-se que o trabalho assimila de forma concomitante valores e o dever ser, ou seja, a forma de se comportar do homem voltada para as finalidades sociais. Entende-se que nesse comportamento há dimensões diferentes: a do conhecimento e a ético-moral, que estão imbricadas na função teleológica do trabalho, entretanto se relacionam, ou seja, “o essencial do trabalho é que nele não apenas todos os movimentos, mas também os homens que o realizam devem ser dirigidos por finalidades determinadas previamente. Portanto, todo movimento é submetido ao dever ser” (LUKÁCS, 1978, p. 07).

Entretanto o desenvolvimento social traz a divisão do trabalho, que se torna mais social, em que se adensa a dimensão de universalidade do homem como ente genérico, ou seja, social e histórico. De outra parte, a divisão do trabalho e junto a emergência da propriedade privada têm como consequência a repartição desigual do trabalho e de seus produtos (IAMAMOTO, 2012). Ou seja, o sujeito que não tem acesso ao seu produto não consegue ter domínio sobre as objetivações, que são as atividades, produtos, meios de trabalho que, através de sua produção, são parte do trabalhador coletivo. Sobretudo porque o trabalho é uma ação conjugada de vários indivíduos, reciprocamente dependes, entre os quais é partilhado o trabalho social. (IAMAMOTO, 2012).

O abismo histórico entre a potencialidade genérico-social do homem e a existência de um indivíduo único pode ser compreendido através do fenômeno da alienação. Isto porque, a partir da divisão social do trabalho, o conflito presente entre os interesses são expressões da contradição entre o pensamento do indivíduo único e o interesse coletivo que adere a todos os homens. Desse modo, a coletividade busca formas superiores, e independentes, aos indivíduos e que não representam os seus interesses e individualidades. Assim, compreende-se que o interesse coletivo toma uma forma ilusória, ou seja,

é precisamente por essa contradição do interesse particular e do interesse comunitário que o interesse comunitário assume uma organização [Gestaltung] autônoma como Estado, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em todos os conglomerados [...] de divisão do trabalho numa escala maior e de mais interesses – e, especialmente, [...] das classes desde logo condicionadas pela divisão do trabalho e que se diferenciam em todas essas massas de homens e das quais uma domina todas as outras (MARX; ENGELS, 2009, p.47).

A esfera genérica do ser social é constituída através do trabalho que só pode se realizar como atividade coletiva; a própria ação do trabalho individual é um movimento histórico e social. O caráter social do trabalho aparece quando o trabalho vivo que se realiza, através da transformação da matéria, apreensão de conhecimentos já produzidos, utilização de instrumentos já constituídos, traz, em sua essência, o trabalho já objetivado no passado. Ou seja, a realização do homem só pode se dar através da relação com outros homens. Além disso, só é possível tornar-se homem no momento em que consegue se incorporar no seu modo de viver e de ter ideias que já foram previamente pensadas e geradas por seus anteriores.

Afirma-se a historicidade do homem: um traço determinante do gênero humano, da existência humana na sua genericidade. Existência esta que não se limita à esfera da produção material, mas engloba sua atividade vital completa: a ciência, filosofia, a arte, a religião. Por isso a essência humana na análise marxiana não se resolve em traços imutáveis e eternos, independentes do processo histórico em curso, mas com um vir a ser no movimento das relações entre os indivíduos sociais por eles criadas ao longo do curso da história (IAMAMOTO, 2012, p. 44).

Dessa forma, compreende-se o homem como um ser universal e livre. O desenvolvimento e o controle sobre as forças naturais deram ao homem a liberdade feita por ele mesmo, ou seja, é o homem capaz de se superar em um processo contínuo para que se possibilite a construção de sua humanidade e existência na história. Entende-se que, ao falar sobre este momento, faz-se necessário ressaltar o processo social, a práxis social. Sabe-se que

a práxis é um ato social, em que o sujeito individual realiza escolhas entre as alternativas propostas pela realidade visando ao seu futuro.

Entretanto salienta-se que as escolhas feitas por esses sujeitos não são descoladas das pressões socialmente exercidas pelo modo de produção de sua vida material, por seu intercâmbio material e por seu desenvolvimento ulterior na estrutura social e política (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). Portanto, mesmo que as opções de escolhas sejam individuais, o que determina e permeia a satisfação das necessidades sociais são condições históricas de produção e reprodução da vida de homens e mulheres, de ordem estrutural, em dada conjuntura. Deriva daí a exigência de compreender a sociedade (capitalista) em sua totalidade concreta, pois se constata que esta tem, no seu engendrar, movimentos próprios, tendências e normas que, por sua vez, ultrapassam o limite do sujeito singular. Importa ter presente que “a produção do singular isolada, fora da sociedade [...] é tão absurda quanto o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos vivendo juntos e falando uns com os outros.” (MARX, 2011b, p. 55-56).

A sociedade porta em si mesma causalidades, mas não necessariamente é conduzida para a realização de finalidades. É possível que se observe que sempre há uma discrepância entre as intenções pessoais dos sujeitos e o que de fato é produzido, posições teleológicas e efeitos casuais, o que se torna ainda mais intenso a partir da complexidade que a vida toma em sociedade. As tendências que permeiam as leis são realizadas a partir da contradição, sofrendo a interferência da ação humana – fator subjetivo⁸ -, como um componente modificador das mesmas, por vezes decisivo (IAMAMOTO, 2012).

Ou seja, a apreensão da práxis, no sentido do trabalho humano, não permite a dicotomia entre estrutura e ação, sujeito e objeto, liberdade e necessidade. A noção aqui defendida solapa todas as interpretações que dão razão ao economicismo, isto é, acreditar que os papéis de condições externas sejam maiores sobre os sujeitos sociais. Não é possível que se esqueça: “o social é construído por projetos que os homens buscam coletivamente implementar na vida social” (IAMAMOTO, 2012, p.45). Dessa forma, através da compreensão da práxis como trabalho, e mais a apreensão de que tudo é resultado do trabalho na perspectiva marxiana, coloca-se também fora desta análise a noção voluntarista, a qual coloca a vontade e a consciência dos sujeitos isolados como se não houvesse nenhum determinante histórico e social, qual incide diretamente na vida do indivíduo através da própria condicionalidade que está implícita nas escolhas feitas.

⁸ Categoria que será trabalhada no próximo capítulo.

Diante desse processo de transformação, os homens compartilham suas experiências, e a troca de conhecimento faz com que percebam a coletividade que está no processo de trabalho, o que então determinará a sua organização e sociedade. Sendo assim, o trabalho, além de transformar matéria bruta, transforma também o homem em ser social, através das relações sociais.

Um ser se considera primeiramente como independente tão logo se sustente sobre os próprios pés, e só se sustenta primeiramente sobre os próprios pés tão logo deva a sua existência a si mesmo. Um homem que vive dos favores de outro se considera como um ser dependente. Mas eu vivo completamente dos favores de outro quando lhe devo não apenas a manutenção da minha vida, mas quando ele, além disso, ainda criou a minha vida; quando ele é a fonte da minha vida, e minha vida tem necessariamente um tal fundamento fora de si quando ela não é minha própria criação (MARX, 2010, p. 113).

Entretanto compreende-se que diante da estrutura social capitalista em que o homem está inserido e onde ele realiza o trabalho, a práxis, as objetivações que se apresentam aos homens não aparecem como fruto de um trabalho criativo que seja condição para a produção da vida humana e de sujeitos sociais. Pelo contrário, se apresentam como algo em que ele não se reconhece enquanto produtor, que lhe causam estranhamento. Em determinadas condições, isso lhe escapa do controle, invertendo assim a lógica de dominação – a criatura transcende o criador.

Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação *como perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), Como alienação (*Entäußerung*). (MARX, 2010, p.80)

Sendo assim, no próximo item discute-se a nova forma de gestão da força de trabalho, e o acarretamento dessas mudanças no processo de trabalho, pois o modo de produção capitalista se utiliza das capacidades e habilidades humanas vistas no seu desenvolvimento constante.

2.3 Processo de gestão do trabalho: produção flexível⁹

⁹ No limiar da reestruturação produtiva as novas orientações para a gestão da força de trabalho se definiram como uma gestão flexível e a empresa Toyota, ao aderir ao processo, gerou o movimento que na literatura se consagrou como Toyotismo. Assim, o movimento de toyotização dentro das plantas industriais, generalizou-se globalmente

O liberalismo econômico surgiu no final do século XVIII, tendo em François Quesnay¹⁰ um dos seus principais teóricos. O pensamento liberal se explica de maneira objetiva para o entendimento da possibilidade de um mercado gestor de si mesmo, onde não fosse necessária a intervenção do Estado. Dessa forma, o mercado iria gerir aos homens todos os bens necessários, eximindo, assim, o Estado de suas responsabilidades fundamentais.

A ideologia liberal clássica conquistou, definitivamente, o pensamento econômico e social. A nova ideologia caracterizava os homens como indivíduos essencialmente egoístas, frios, calculistas, indolentes e, de um modo geral, independentes da sociedade a que pertenciam. A análise de Adam Smith sobre o mercado, concebido como a “mão invisível” que canalizava as motivações egoístas dos fundamentos da doutrina do *laissez-faire*. Segundo essa filosofia competia aos governos assumir exclusivamente as funções que respaldassem e incentivassem as atividades lucrativas. (HUNT e SHERMAN, 2008, p. 69).

No final do século XIX e começo do século XX a conjuntura tomou novos rumos, diferentemente do que se esperava diante das ações lançadas através da ideologia liberal. Nesse momento, a classe operária e o capital monopolista assinalam os primeiros indícios de decadência dessas políticas econômicas que haviam sido traçadas. Para exemplo desse momento se tem a crise de 1929. Sendo assim, a ideologia liberal começa a ser substituída, de maneira processual e histórica, pela técnica de produção taylorista/fordista concomitante a onda Keynesiana, embora seja preciso considerar que, primeiro, o que se tem é o surgimento da técnica de produção taylorista/fordista, afinal, o modo de produção capitalista se reinventa na tentativa de superação de suas crises, precisando assim reestruturar suas bases produtivas no chão de fábrica. Essa nova técnica de organização da mão de obra se torna mais forte após a Segunda Guerra Mundial, e então há o encontro da técnica de produção com as ideias Keynesianas, baseadas na intervenção do Estado no mercado, ou seja, detendo a produção de alguns bens.

Esse período pode ser chamado de “longa onda expansiva”, a qual teve seu período marcado entre o pós-II Guerra Mundial e o final dos anos 1960, dando origem aos 30 anos gloriosos do capitalismo, quando se alcançou números expressivos de produção e acumulação (MANDEL, 1982).

e abriu as portas para a flexibilização dos direitos trabalhistas regulamentados para a exploração massiva da força de trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora.

¹⁰ Entre os grandes economistas do passado, François Quesnay (1694-1774) é menos conhecido que Adam Smith. Sua obra é ainda uma das mais importantes, pois influenciou Smith e mais sucessores ilustres. Fundador da primeira escola de economistas, os fisiocratas, Quesnay elaborou, com a " *Tableau économique*", um primeiro modelo macroeconômico (DOSTALER, 2002).

Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se repetiriam mais: as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos foram diminuídos pela regulação posta pela intervenção do Estado (em geral, sob a inspiração das ideias de Keynes) e, sobretudo, as taxas de crescimento mostraram-se muito significativas. (NETTO; BRAZ 2008, p.195)

Nesse período, quando as taxas de lucro atingiram elevação expressiva, se tem como base sólida as ideias de John Maynard Keynes¹¹ que, diferentemente da tradição liberal clássica e neoclássica, defendia um Estado interventor na economia como uma possível saída para crise. Porém Keynes ia além, defendia também que, se o Estado interviesse nas práticas da atividade econômica, o que, naturalmente, alavancaria a demanda efetiva, ou seja, o aumento do consumo, isso levaria à ampliação e ao crescimento da produção e, então, se encontraria o caminho de saída para a superação da crise. Nesse sentido, Keynes entendia também a necessidade de desenvolver políticas sociais, pois essa era uma maneira de, inclusive, ampliar o consumo no mercado, trazendo algumas modificações para a classe trabalhadora. Dentre essas políticas sociais propostas por Keynes, algumas delas visavam a empregabilidade por parte do Estado.

Entretanto não bastava a ampliação da produção e o aumento do consumo se não houvesse também a implementação de um novo padrão de produção da mão de obra. Então, é nesse momento que se obtém o encontro entre a técnica de gestão da força de trabalho taylorista/fordista com o keynesiano. A técnica de produção era sincrônica às ideias Keynesianas para a formulação de políticas econômicas e sociais. Dessa forma, o consumo em massa estava estabelecido, ou as bases estavam prontas para serem utilizadas pelo modo de produção capitalista para que se pudesse promover mais acumulação.

A técnica de produção taylorista/fordista se concretiza não somente na esfera da produção, mas principalmente ao tornar o trabalhador uma grande e importante engrenagem nesse processo. As práticas adotadas durante esse processo de gestão da força de trabalho taylorista/fordista deixavam claro que, fundamentalmente, as ações sobre os trabalhadores resultariam em um grande controle, o que se pode denominar de o tempo taylorista — o controle de todas as ações dentro do chão de fábrica, a necessidade de criar trabalhadores massivos, a produção em série, a fragmentação de funções na linha de montagem, e a

¹¹ John Maynard Keynes (1883-1946) foi um economista britânico cujos ideais serviram de influência para a macroeconomia moderna, tanto na teoria quanto na prática. Ele defendeu uma política econômica de Estado intervencionista, através da qual os governos usariam medidas fiscais e monetárias para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos - recessão, depressão e *booms*. Suas ideias serviram de base para a escola de pensamento conhecida como economia keynesiana. (GAZIER, 2011)

solidificação de fábricas verticalizadas, ou seja, uma produção concentrada, e a criação de produtos homogêneos.

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de *desantropomorfização do trabalho* e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. À mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevaiente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada (ANTUNES 2007, p. 36).

Dessa maneira, na mesma via em que a técnica de organização taylorista/fordista investia em uma forma amplificada de extração da mais-valia, ainda com prevalência da forma absoluta, pois o uso de força de trabalho era intensivo. A premissa do lucro obtido na produção com o uso dessa técnica encontra-se na redução dos custos necessários da produção por unidade, o que, através do desenvolvimento tecnológico e da forma de gestão do trabalho, daria os fundamentos para o aumento da mais-valia extraída na forma relativa (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). O foco do investimento na perspectiva keynesiana acontecia em programas importantes para assegurar uma ampla produção: a seguridade social; assistência médica; e habitação eram tipos focais de investimentos, pois entendia-se que dariam ao trabalhador mais sobrevida para que pudesse produzir e, assim, propiciar a extração da mais-valia. Diante dessa combinação perfeita, ou, aparentemente perfeita, a lógica de produção resultou em expressivas taxas de lucros para aquela época.

Com essa orientação teórica de corte keynesiano foram formuladas políticas que impactaram os cenários políticos, econômico e social, o que originou um Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), com início na Inglaterra, em 1942, em meio a II Guerra Mundial, quando priorizavam-se políticas sociais que dessem estabilidade de emprego, previdência social e educação. Sendo assim, pode-se considerar esse movimento como “via de mão dupla”, porque a mudança e os avanços sociais estavam se realizando para afastar os trabalhadores do perigo vermelho e do ideário socialista, e mais: considera-se, então, supostamente houve uma participação da classe trabalhadora para a provável garantia desses direitos.

O empenho do Estado a serviço dos monopólios para legitimar-se é visível no seu reconhecimento dos direitos sociais – que, juntamente com os direitos civis e políticos, constituem a “cidadania moderna” (Marshall, 1967). A consequência desse reconhecimento, resultado da pressão dos trabalhadores, foi a consolidação de políticas sociais e a ampliação da sua abrangência, na configuração de um conjunto

de instituições que dariam forma aos vários modelos de Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) (NETTO; BRAZ, 2008, p.205).

Esse movimento estratégico de união entre a esfera política e a econômica deu bases para o desenvolvimento das forças produtivas e econômicas, traçando, assim, um caminho para que, a partir do período pós-II Guerra Mundial, se vivesse os “anos de ouro¹²” do modo de produção capitalista.

Contudo, considerando-se que na sociedade de mercado, sob a lógica do modo de produção capitalista, as falências são inevitáveis, no começo da década de 1970 sinais de colapso começaram a surgir. Com algumas características comuns, cita-se a crise de 1929, com a superprodução acompanhada do desemprego. No cenário político-econômico, ao mesmo tempo queda na taxa de lucros, o que resultaria em outra crise. A técnica de produção taylorista/fordista apresentava, então, indícios de esgotamento.

Suas raízes profundas numa crise secular de produtividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Em primeiro lugar, o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. (BRENNER, 1999, p.12-3).

A crise é a expressão mais nítida das contradições criadas no modo de produção capitalista, e esta sempre será constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise (NETTO; BRAZ, 2008). Sabe-se que a crise econômica capitalista, dos anos 1970, foi uma crise estrutural,

A crise das relações de produção capitalistas deve ser vista como uma crise social global, isto é, como a decadência histórica de todo um sistema social e de modo de produção em operação durante todo o período do capitalismo tardio¹³ (MANDEL, 1982 p. 398).

Para que se pudesse reverter o cenário que assolava a produção e reprodução da sociabilidade burguesa, a reestruturação produtiva é o que se configura como instrumento de

9 “Anos de Ouro” é a expressão utilizada por Netto e Braz (2008), fazendo referência os 30 anos gloriosos do capitalismo.

¹³ Em realidade, a denominação capitalismo tardio é simplesmente uma denominação que se refere à crise decorrente da saturação da segunda e mais desenvolvida fase do capitalismo, o estágio intensivo. A expressão surgiu após a crise de 1929 (como Spätkapitalismus em livro de Natalia Moskovska, Zürich, 1943), hibernou durante o boom da reconstrução pós-guerra e ressurgiu adquirindo amplo uso com a exaustão desses (Mandel, 1972)

renascimento, a técnica de gestão do trabalho taylorista/fordista é ultrapassada pelo padrão de produção toyotista¹⁴.

Diante do contexto até então desenvolvido, a era da produção flexível se torna uma realidade. O projeto de reestruturação era uma tentativa para enfrentar a crise dos anos de 1970, e o investimento em inovações tecnológicas e novas formas de organização do trabalho tornavam-se aspectos fundamentais para que as mudanças superassem a esfera da produção, fazendo com que se atingissem também as diversas esferas da sociabilidade. O plano ideológico se tornou uma grande ferramenta na implementação dessa nova técnica de organização do trabalho, e através de ações diretas na subjetividade do trabalhador propagou-se o ideário que fragmentaria o pensamento coletivo. A necessidade de individualizar era uma maneira fundamental para que se pudesse frear a atuação e as ações coletivas.

Trata-se da fase em que transformações econômicas, as mudanças na produção e nos mercados, as mudanças culturais, geralmente associadas ao termo “pós-modernismo”, estariam, em verdade, conformando um momento de *maturação e universalização* do capitalismo, muito mais do que um trânsito da “modernidade” para a “pós-modernidade (WOOD, 1997 *apud* ANTUNES, 2007, p. 50).

Pode-se compreender que, diante dessa nova técnica de organização da força de trabalho e da relação capital e trabalho, é possível que se visualize uma comparação em relação ao fordismo/taylorismo, pois a necessidade de um trabalhador polivalente, criativo é requisito obrigatório para sua inserção no trabalho, e um diferencial na produção flexível.

Essa interpretação, que teve sua origem com o texto de Sabel e Piore (1984), vem encontrando muitos seguidores, que, mais ou menos próximos à tese da especialização flexível, defendem as chamadas “características inovadoras” da “nova fase”, mais apropriada a uma interação entre o capital e o trabalho e, nesse sentido, superadora das contradições básicas constitutivas da sociedade capitalista (ANTUNES, 2007, p.48).

Entretanto, o que se percebe é que as novidades que aparecem no processo de gestão do trabalho não são nada além de um movimento de reorganização do capital que possibilite a recuperação da acumulação de capital e a necessidade de dominação global. As novas roupagens sugeridas, através da reestruturação produtiva, apontam uma intensificação de

¹⁴ O toyotismo é a “ideologia orgânica” do novo complexo de reestruturação produtiva do capital que encontra nas novas tecnologias da informação e comunicação e no sociometabolismo da barbárie, a materialidade sociotécnicas (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias. Existe uma intensa sinergia entre inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sociometabólicas, constituindo um novo empreendimento capitalista que coloca novos elementos para a luta de classes no século XXI. Esta é a marca da cooperação complexa da nova produção do capital. (ALVES, 2000, p.43).

modelos já existentes, entretanto a engrenagem permanece a mesma. Ou seja, considera-se que, em verdade, não há uma ruptura de fato com a técnica de organização do trabalho na era taylorista/fordista, e sim uma continuação, sempre levando a um objetivo único: a intensificação do trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora.

Diante desse novo cenário, as novas regras da produção surgem, causando grande impacto, porque desta vez as mudanças se tornam escalonadas, têm-se a redução do número de trabalhadores no interior das fábricas, fruto do investimento em novas tecnologias, e o aumento na procura por trabalhadores polivalentes que possam realizar diversas tarefas, o que caracteriza uma inverdade sobre a qualidade. Isso no momento em que o tempo de uso das mercadorias é um fator descartável, e a necessidade de criação de bens não duráveis é um aparato importante para a reprodução na era flexível. Observa-se que essa mudança na criação de bens não duráveis, se torna inversamente proporcional às ações, pois quanto mais qualidade os produtos possam oferecer, menos tempo devem durar, e a circulação dessas mercadorias deve ser rápida para que se obtenha uma ampliação dos valores de troca, assim, compreende-se que a qualidade é um aprimoramento do descartável, e a necessidade do mercado para repor as mercadorias leva à qualidade total. Dessa maneira, a qualidade? não pode tornar-se uma barreira para a decrescente utilização do tempo de uso, e sim ser útil à acumulação do capital, fazendo com que se tenha atravessamentos diretos desde a produção de bens até a força de trabalho humano.

Assim, deve-se ignorar por completo o fato de que, em sua tendência geral, o modo capitalista de produção seja inimigo da *durabilidade* e que, portanto, no decorrer de seu desdobramento histórico, deve minar de toda maneira possível as práticas produtivas orientadas-para-a-durabilidade, inclusive solapando deliberadamente a qualidade. Ao contrário, as manifestações dessa tendência devem ser justificadas em função da necessidade de competição, da utilização racional dos recursos de trabalho – ambas tratadas como necessidades (ideais) inteiramente benéficas – e coisas do tipo (MÉSZÁROS, 2011, p. 636).

A não utilização do tempo de uso é de fundamental importância para que se sustente a reprodução do capital. Cria-se a necessidade de reduzir o espaço de tempo entre a produção de mercadorias, o consumo, e a produção novamente, pois as mercadorias são produzidas para que possam ser descartáveis, ou seja, se produz bens não duráveis, e, então, aprisionam-se as empresas em uma lógica competitiva e de adequação sobre a égide da “qualidade”. Faz-se necessária a competição de setores que produzem bens para que acompanhem a rotatividade do mercado. Salienta-se que a inovação tecnológica, modernização, não é uma questão para ser minimizada ou desqualificada, entretanto ao tornar os produtos descartáveis e aplicar uma lógica destrutiva ligada à utilização supérflua do que é produzido, e diminuir o tempo de durabilidade, um fator determinante aparece: a degradação da força humana de trabalho, e mais:

a redução da presença de trabalhadores, o que se denomina “empresa enxuta” (ANTUNES, 2009). Salienta-se que, a empresa enxuta, não se restringe à redução dos trabalhadores no interior das fábricas, mas também na redução dos estoques, dos prazos e custos, além do processo de terceirização das etapas que complementam o processo de produção de determinada mercadoria. Sendo assim, a empresa enxuta é aquela que se utiliza de todos os meios disponíveis que lhe permita uma produção *on demand*: ou seja somente produz o que é encomendado o que lhe permite uma produção *just in time*, portanto com estoque zero.

O processo de trabalho e sua técnica de gestão no transcorrer da produção flexível traz consigo elementos consideravelmente distintos do cronômetro taylorista e da produção fordista. A introdução de novas tecnologias na linha produtiva e criativa dos produtos lhe dão novas características que destoam de uma produção uniformizada e enrijecida. Deve-se considerar o plano ideológico como principal mentor dessa nova fase diante dos trabalhadores, isto porque, discursivamente, as novas maneiras de gestar o trabalho e ações como: de colaborador, vestir a camisa da empresa, envolver-se de forma participativa em determinadas decisões, montar o seu grupo de trabalho, dentre outras formas, caracteriza uma manipulação diária e reafirma o trabalho estranhado e alienado e também o fetiche da mercadoria. Sabe-se que a junção desses novos modelos de gestão não são nada além de uma maneira vitoriosa de reduzir o tempo de trabalho. Combina-se o trabalhador polivalente com estruturas assimiladas de outras empresas e ambientes favoráveis para que o objetivo final de intensificação da exploração da força de trabalho seja alcançado. As antigas formas de acompanhamento da produção como: o controle, a vigilância sob o trabalhador, passam a ser do próprio trabalhador, não se fazendo necessária a presença de um inspetor, por exemplo. As ações como “vestir a camisa” da empresa não exercem função diferente que não seja de maneira subjetiva, tornando o trabalhador inspetor de si mesmo, que promove seu autocontrole dentro da produção. A modernização da fábrica se realiza através de bases objetivas e subjetivas.

Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta” merecem destaque, e são citadas como exemplos a serem seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade (ANTUNES, 2009, p. 55).

Ressalta-se que durante a descontinuação no processo de gestão do trabalho, fruto de ações da era Toyotista, atravessamentos importantes aconteceram dentro da classe trabalhadora. A flexibilização ultrapassou os muros das fábricas e atingiu instâncias importantes, dando

sobrevida aos trabalhadores. A busca incessante pela unidade operária que pudesse realizar diversas funções provocou a fragmentação da sua representatividade nos mais profundos âmbitos, a precarização da força de trabalho, e o enorme movimento da contemporaneidade em terceirizar serviços contribuiu para que, as grandes empresas tivessem suas responsabilidades minimizadas pelos direitos trabalhistas, além da mutação do caráter sindical que passou de um sindicato combativo¹⁵ para um sindicato reformista, exercendo papéis mediadores entre fábrica e trabalhador, tendendo a fazer acordos que não ofereciam nenhum combate ao novo modelo de produção, menos ainda a garantia nos avanços da luta dos trabalhadores por condições de sobrevivência.

Notam-se características importantes que apontam as diferenças entre os modelos de gestão do trabalho na era toyotista e fordista, em oito traços fundamentais: 1) a produção está voltada para o consumo individual, o que remete a uma produção bastante ligada à demanda, um diferencial da produção fordista que se realizava de maneira homogênea; 2) a possibilidade de se encontrar funções parceladas como no fordismo é praticamente zero, pois a fundamentação da produção toyotista está na polivalência do trabalhador; 3) o operário apêndice da máquina como no taylorismo/fordismo desaparece, e em virtude disso encontra-se um trabalhador único, operando até cinco máquinas de uma única vez; 4) tempo é dinheiro, a gestão *just in time* é otimizar o tempo de produção; 5) o sistema conhecido como *Kanban* é fundamentado em avisos sobre a reposição de peças necessárias, em relação ao fordismo, o estoque do toyotismo é quase zero; 6) a horizontalidade das fábricas toyotistas é um diferencial das fábricas verticalizadas no período fordista, ou seja, no modelo toyotista se produz dentro da fábrica apenas o principal, sendo o restante repassado a parcerias com empresas terceirizadas, o que acarreta a expansão do método de produção toyotista para todos os fornecedores; 7) durante o fordismo utilizavam-se técnicas apenas manuais, desprezando-se o poder intelectual do trabalhador. No toyotismo se realiza a criação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), ou seja, constituem-se grupos de trabalhadores que devem pensar sobre o seu desempenho, visando melhorar a produtividade, abrindo-se espaço para que o capital se apossasse do poder cognitivo, intelectual e subjetivo do trabalhador; e, por fim; 8) criou-se o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores de grandes empresas (de 25% a 30%), excluindo as mulheres, além de incentivos salariais ligados ao aumento da produtividade. O

¹⁵ Para o aprofundamento do tema sugere-se a leitura do livro: Estado, Classe e Movimento Social, o item: Parte II – O Estado no Capitalismo Monopolista e as Lutas de Classe (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011). E também: O Movimento Dos Trabalhadores Frente Ao Complexo De Reestruturação Produtiva: O sindicalismo dos metalúrgicos de Caxias do Sul (WÜNSCH, Paulo Roberto. Porto Alegre, 2010).

emprego vitalício garantia ao trabalhador certa estabilidade, embora ao completar 55 anos de idade houvesse o remanejamento dos trabalhadores para funções menos relevantes (ANTUNES, 2009).

Dessa forma, observa-se um movimento, a partir do qual pensar o trabalho é redirecionado ao favorecimento da acumulação capitalista e a retomada de ciclos positivos de acumulação, através das transformações que ocorrem dentro da gestão do trabalho, especificamente na era da produção flexível.

O comportamento no interior das fábricas e a maneira com que os trabalhadores têm sua intelectualidade e subjetividade capturada nesse processo, demonstra o abismo que é criado para uma superação do modo de produção capitalista. Uma séria consequência a partir do momento em que o modo de gestar o trabalho adota uma visão fragmentada, inteiramente voltada para a lógica mercantil e resulta em expressivo aumento do desemprego. Acredita-se, portanto, que não é simplesmente um novo modo de gestar o trabalho ou seu processo de produção, e o trabalho não está livre das amarras do modo de produção capitalista, muito menos das contradições que são expressas na relação capital e trabalho.

[...] enfatizar que a referida diminuição entre *elaboração* e *execução*, entre *concepção* e *produção*, que constantemente se atribui ao toyotismo, só é possível porque se realiza no universo estrito e rigorosamente concebido do sistema produtor de mercadorias, do processo de criação e valorização do capital (ANTUNES, 2015, p.53).

Sendo assim, nota-se que o novo modelo de produção organiza o trabalho de acordo com seus interesses. A reestruturação ocorre de maneira que fique mais fácil a exploração da força de trabalho e a intensificação da acumulação do capital, e, com isso, juntamente com a reforma do Estado, denominado por Behring e Boschetti (2011), de a *(contra) reforma do Estado*, encolhe o âmbito social e potencializa o setor econômico. Por uma infeliz realidade, essas são as mesmas características do Estado, com a formulação de políticas de orientações teóricas neoliberais que se instalam na sociedade de mercado.

Essa nova estratégia sustenta-se em três pilares fundamentais necessariamente articulados, no atual contexto de crise e mundialização do capital: a) a ofensiva contra o trabalho e suas formas de organização e lutas; b) a reestruturação produtiva; e c) a (contra) reforma do Estado. Frequentemente, identifica-se o “neoliberalismo” apenas com a reforma do Estado, como se fosse uma reforma “política” e “técnica”, não econômica que nada teria a ver com as relações de produção, com os interesses de classes, com a reestruturação produtiva, com a política macroeconômica. A “superestrutura jurídica e política” é, nesses casos, desconectada da sua “base econômica”. Esta visão reducionista, que segmenta o projeto neoliberal de suas bases econômicas, tende a contrapor o keynesianismo e neoliberalismo – e entre eles, uma terceira via -; como se fossem intenções de interesses contrapostos de classes diferentes, sem perceber (ou com intuito de ocultar) que, mesmo em se tratando de

dois projetos distintos, ambos constituem estratégias – diferentemente permeadas pelas demandas trabalhistas e potencializadas/limitadas por determinantes históricas – da mesma classe (do grande capital) e que procura o mesmo efeito: desimpedir/ampliar a acumulação capitalista (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010, p. 192-193).

Dessa forma, o movimento do mundo do trabalho, na contemporaneidade, atinge diretamente o ser social, o ser que trabalha (e que não trabalha), pois, por razões estruturais não está incluído diretamente no mercado de trabalho, mas exerce papel favorável para a manutenção do exército industrial de reserva, ou seja, um vasto número de trabalhadores que não possui emprego e não se encontra uma demanda que possa compra-la. Uma parte (sempre variável maior ou menor) da classe trabalhadora tem papel sobrando, —considerando-se as necessidades de acumulação do modo de produção capitalista — tornando-se o exército industrial de reserva. Um contingente de trabalhadores que, mediante as exigências provenientes da acumulação, pode ser denominado de superpopulação relativa (NETTO; BRAZ, 2011). E ainda pode-se concluir que

a existência de um enorme contingente de desempregados permite ao capitalista pressionar os salários para um nível inferior; essa é a função primária que o exército industrial de reserva desempenha sob o capitalismo. Trata-se de um poderoso instrumento para que o capitalista incremente a exploração da força de trabalho – pode-se mesmo afirmar que, grosso modo, “os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva” (MARX, 1984 apud NETTO; BRAZ, 2011, p.144).

Sendo assim, diante desses aspectos estruturais e ideológicos, no próximo capítulo discute-se sobre as repercussões que atingem diretamente a subjetividade do trabalhador no contexto da produção flexível.

3 A SUBJETIVIDADE

No presente capítulo discute-se acerca da subjetividade e sua importância para a produção flexível. Sabe-se que, na nova maneira de gestão da força de trabalho e as transformações no modo de produzir, o trabalhador tem sido cada vez mais capturado pelo modo de produção capitalista, levando a uma construção da subjetividade que se conforma a partir de valores e ideologias produzidas pelo capitalismo.

Compreende-se que a subjetividade tem como raiz as relações sociais e também as condições objetivas de vida, as quais vão determinar sua formação. Assim, as transformações no modo de produzir impactam o conjunto das relações humanas, as quais passam a se configurar a partir de fenômenos e processos que transformam o modo em que ocorrem as relações sociais, e incidem sobre o modo e a condição de vida do trabalhador.

Esse modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem e também *com o como*. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, 2009, p.24-25).

Para que o processo de capturar a subjetividade dos sujeitos ocorra a partir a ideologia do modo de produção capitalista, é necessário que se fragmente, por exemplo, razão e sensibilidade, e se estabeleça uma diferença entre as necessidades verdadeiramente importantes e as necessidades criadas, que se tornam mais importantes do que as reais. Assim, compreende-se que a ideologia possui papel determinante, porque à medida que se captura o pensamento dos sujeitos isso leva a crer que o modo de vida criado através do modo de produção capitalista é o único possível. O único sonho passível de se tornar realidade está demarcado pelos limites impostos pela ideologia burguesa e pelo modo de produzir, pois “a *quantidade* de dinheiro se torna cada vez mais seu único atributo *poderoso*; assim como ele reduz todo o ser à sua abstração, reduz-se ele em seu próprio movimento a ser *quantitativo*; a *imoderação* e o *descomedimento* tornaram-se a sua verdadeira medida [...]” (MARX, 2010, p. 139).

Desse modo, a construção às avessas de categorias fundamentalmente importantes para o movimento de resistência, tendo como exemplo a emancipação e a solidariedade, sofrem o processo da despolitização, e a naturalização da miséria, da desigualdade social, e da meritocracia aparecem como inerentes à vida humana.

Desse modo, no item 3.1, “Ensaio sobre a Subjetividade em Marx” analisa-se a subjetividade através da teoria marxiana. Busca-se compreender como a subjetividade aparece a partir de algumas obras¹⁶ de Karl Marx, e sua importância no modo de produção capitalista, mas também sua importância para endossar o movimento de resistência.

No item 3.2, “A subjetividade em tempos de produção flexível”, apresenta-se o processo em que a subjetividade aparece como elemento-chave. Entende-se que na produção flexível, como forma de gestão da força de trabalho escolhida como objeto de análise para esta dissertação, a produção flexível, a subjetividade tem papel principal para a radicalização desse modo de produzir. Desse modo, o que se pretende aqui é trazer as consequências da relação entre capital e trabalho, onde a captura da subjetividade aparece através de novas formas, a partir do uso intenso e avançado da tecnologia, o que maximiza a carga de trabalho, transformando a relação entre homem e trabalho em uma relação estranhada e degradante.

No item 3.3, “As manifestações do modelo flexível de gestão da força de trabalhos na classe trabalhadora” o que se busca é trazer as consequências que atingem a classe trabalhadora e sua organização na contemporaneidade, ou seja, evidenciar o modo de se organizar da classe trabalhadora no período de produção flexível, seus limites e suas possibilidades. Sendo assim, com o desenvolvimento desse capítulo pretende-se fundamentar as discussões propostas.

3.1 Ensaio sobre a subjetividade em Marx

Apresenta-se, aqui, uma reflexão acerca da subjetividade e sua relação com o método dialético crítico fundamentado no materialismo histórico. Nesse sentido, as reflexões serão baseadas nas seguintes obras de Marx: *A Questão Judaica* (1844), *Manuscritos Econômico-filosóficos* (1844), *Ideologia Alemã* (1845-1846), *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1851), *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) e *O Capital* (1867).

Dessa forma, ao estudar o modo de produção capitalista e suas amarras entende-se que, na produção social da própria existência, os homens estabelecem relações que são determinadas, mas que independem de sua vontade. Essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.

¹⁶ Salienta-se que as obras foram selecionadas a partir das contribuições recebidas na banca de qualificação da dissertação de mestrado. Essas obras foram utilizadas a fim de dar sustentação teórica a este estudo, não constituindo, portanto, uma amostra da pesquisa.

Os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontraram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (MARX, 2011b, p.25).

O conjunto dessas relações de produção dá origem à estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008). E ainda “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 49). O que se pode compreender com esta passagem de Marx é que ser um ser social, aqui, não se refere à vida de forma geral, mas uma forma determinada de vida, de sua qualidade, ou seja a vida social humana. E o ser social, que é o determinante de sua consciência, é historicamente direcionado pela produção material da vida, mas não é determinado. Isto porque a produção material da vida não é somente econômica, pois envolve as esferas da produção e reprodução dos meios necessários de sobrevivência — desde bens materiais aos imateriais, compostos pela objetividade e pela subjetividade.

Com isso, se ressalta a importância de compreender a práxis como mediação entre a objetividade e a subjetividade, a relação material e espiritual, base e superestrutura. Constatase que não há uma relação de importância maior para cada esfera das acima mencionadas; o importante é compreender que há uma influência de uma sobre a outra.

A subjetividade não é um reflexo das determinações advindas da base econômica ou modo de produzir, mas sim um componente inseparável e indispensável para o processo de formação da vida humana. Desse modo, não há objeto sem sujeito, do mesmo modo que não há sujeito sem objeto.

Nas 6ª e 8ª Teses sobre Feuerbach, que aparecem na Ideologia Alemã, é possível compreender a essência humana.

6ª tese: Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência *humana*. Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações social. Feuerbach, que não penetra na crítica dessa essência real, é forçado, por isso: 1- a fazer abstração do curso da história, fixando o sentimento religioso para si mesmo, e ao pressupor um indivíduo humano abstrato – *isolado*; 2- por isso, a essência só pode ser apreendida como “gênero”, como generalidade interna, muda, que une muitos *indivíduos de modo natural [...] 8ª tese: Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e compreensão dessa prática (MARX, 2009, p.121).*

Ou seja, o que se pode compreender aqui é que a essência humana não é parte de uma abstração ligada ao indivíduo, e também não é natural, sobretudo porque faz parte de uma construção do próprio homem a partir do conjunto das relações sociais. Dessa forma, visualiza-se que, ao contrário do pensamento de Feuerbach contestado por Marx na citação acima, Marx não se limita a colocar a religião como uma necessidade subjetiva da ilusão, porque isso desconsideraria toda a base material que lhe dá luz.

Quando se analisa a obra *Questão Judaica* é possível se compreender a visão e a apreensão de Marx sobre o Estado Moderno, revelando-se uma contraposição a Bruno Bauer, para quem a base da fragmentação humana e das ilusões religiosas era o Estado Religioso. Neste, o homem se via dividido entre sua vida singular e seu ser genérico, universal, e a solução para esse problema (fragmentação) estaria em garantir cidadania e liberdade. Assim, o elo entre o singular e o genérico deveria ser retomado através da política democrático burguesa.

[...] Em relação à questão judaica – assim como faz constantemente em relação a todas as demais questões políticas – a visão de uma vida que é livre, mas que revoga a sua liberdade pela lei, declarando-a, portanto, também como aparência e, em contrapartida, refutando sua lei livre por meio de seus atos [...] A liberdade ainda não é lei na França, e a questão judaica *ainda não* foi resolvida, porque a liberdade jurídica – de que os cidadãos são iguais – é restringida na vida real, a qual é dominada e fragmentada pelos privilégios religiosos, e essa falta de liberdade da vida retroage sobre a lei, forçando-a a sancionar a diferenciação dos cidadãos em si livres em oprimidos e opressores (BAUER *apud* MARX, 2010, p.35).

Dessa forma, ao se contrapor a Bauer, Marx traz concisos elementos ao dizer que o Estado moderno não abole a fragmentação humana, ao contrário, corrobora e incide sobre a fragmentação humana, e ao mesmo tempo aparece como religioso. No Estado moderno visualiza-se que a universalidade está calcada na cidadania e nos direitos humanos, embora não dê ao sujeito fragmentado a possibilidade de reencontrar sua singularidade, isso é compreensível ao passo que a universalidade presente não é real e sim abstrata; simples formalidade. Dessa forma, no Estado moderno é possível que se reconheça o sujeito como um cidadão, entretanto a ideia do universal sucumbe à sua existência real. Ou seja, onde o Estado político teve seu desenvolvimento integral, o homem leva de maneira real e não abstrata, na vida e em sua consciência, uma dupla vida: celeste e terrestre. A vida política — um ser comunitário; e a vida regida pela sociabilidade burguesa onde ele se encontra — um homem privado (MARX, 2010). O Estado Moderno abstrai o homem real e, portanto, sua satisfação é

imaginária. Essa forma de Estado não pode abolir o núcleo duro da fragmentação humana, pois é fonte da religiosidade.

Sabe-se que o conceito da subjetividade não é em primeiro passo claro no método dialético crítico fundamentado pelo materialismo histórico, entretanto algumas reflexões equivocadas da teoria se apegam a passagens que aparentam ser um enfrentamento a subjetividade:

A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 2008, p. 49-50).

Nessa citação, Marx faz algumas reflexões sobre conceitos de base econômica e superestrutura¹⁷, entretanto salienta-se que o que é ressaltado nessa passagem são questões de seu método, e nem de longe uma dominação da vida material sobre a vida espiritual, ou uma relação enrijecida. Pretende-se delimitar o seu método, sendo outra base teórica de análise da realidade, distinta do método da economia política, que, claro, faz uma leitura da realidade, mas está estacionada em uma análise do aparente e não do que emana das relações mais profundas do modo de produção capitalista. Também difere de uma leitura hegeliana¹⁸, que apresenta uma interpretação abstrata da realidade, em que a apreensão do real é o resultado da subjetividade, como um produto do pensamento e voltada para si mesma. Logo, ao se afirmar que o ser social é quem determina a subjetividade, ou seja, sua consciência, como visto no prefácio da Contribuição à crítica da economia política, não se quer dizer que a subjetividade é secundária nessa ligação, afinal o que se entende é que, com base nas circunstâncias do cotidiano e tomada a sua consciência, a vida é produzida, e a partir de então o sujeito pode superar, transformar e compreender o mundo, e então sua liberdade.

¹⁷ Sobre as mais variadas formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência levanta-se toda uma superestrutura de sensações, ilusões, modos de pensar e visões de vida diferentes e singulares formadas. A classe enquanto unidade cria-os e forma-os partindo de suas bases materiais objetivas e das relações sociais que lhe correspondem (MARX, 2011).

¹⁸ Para que melhor se compreenda os contrapontos apresentados por Karl Marx sobre Hegel indica-se a leitura do livro: Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2013.

A superestrutura estabelece-se sobre a visão de mundo de uma classe, ou seja, o seu modo de viver, que é determinado por suas condições materiais de vida.

A social democracia acredita, antes, que as condições específicas da sua libertação constituem as condições gerais, as únicas nas quais a sociedade moderna pode ser salva e a luta de classes evitada. Tampouco se deve imaginar que os representantes democratas eram todos *shopkeepers* [os lojistas] ou os seus defensores entusiásticos. Por sua formação e situação individual, mundos podem estar separando os dois. O que os transforma em representantes do pequeno-burguês é o fato de não conseguirem transpor em suas cabeças os limites que este não consegue ultrapassar na vida real e, em consequência, serem impelidos teoricamente para as mesmas tarefas e soluções para as quais ele é impelido na prática pelo interesse material e pela condição social (MARX, 2011b, p.63-64).

Assim, compreende-se, através dessa passagem que, os pequenos e grandes burgueses saem em defesa de ideias que não rompem com o modo de produção capitalista. E no momento em que alguma transformação é desejada, ela ocorre através das vias democráticas, porém burguesas, ou seja, há um limite do capital que esbarra na impossibilidade da realização de alguma ideia que esteja para além do modo de produzir posto, como o capitalismo.

Assim, pode-se entender que o sujeito que está imerso no mundo do trabalho não compreende que sua vida não condiz com sua realidade, e isso se deve ao fato de que a sua representatividade está ligada ao sonho burguês, portanto, uma visão de mundo submerso na lógica da sociabilidade burguesa. Eis o momento em que não se nega a subjetividade em Marx, pois ela aparece como elemento central no processo de transformação, ao compreender a cultura, as tradições das gerações antigas, mas que ainda atuam sobre as gerações vivas,

E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmo e as coisas, em criar algo novo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras [...] a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial (MARX, 2011b, p. 25-26).

Ou seja, para uma transformação social e do seu modo de produzir, além das condições objetivas necessárias para esse rompimento, é preciso que aconteça uma transformação da subjetividade humana, também fruto das relações sociais, para que se revolucione e se emancipe do mundo que captura radicalmente o sujeito; é preciso que se renuncie às imagens do passado que estão limitadas nas barreiras impostas pela ordem social do capitalismo.

Em relação à Ideologia Alemã, se vê um importante contraponto feito por Marx e Engels aos jovens-hegelianos¹⁹:

os ideólogos jovens-hegelianos são, apesar das frases que pretendem “abalar o mundo”, os maiores conservadores. Os mais novos dentre eles encontraram a expressão correta para a sua atividade quando afirmaram que lutam apenas contra “frases”. Esquecem, apenas, que a essas mesmas frases nada opõem senão frases e que de modo algum combatem o mundo real existente se combaterem apenas as frases deste mundo (MARX; ENGELS, 2009, p.23).

Ora, sabe-se que ao analisar a realidade, tendo-se como referência a Teoria Marxiana, o núcleo duro para a real transformação do mundo não se encontra em uma atividade isolada do pensamento, mas através das condições objetivas dos sujeitos, que são advindas do trabalho, no qual se produzem os seus meios de vida. Portanto são essas condições reais que vão determinar sua consciência e como compreender o mundo.

Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelas relações que a estar corresponde até as suas formações mais avançadas. A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real da vida. Se em toda a ideologia os homens e as suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, é porque esse fenômeno deriva do seu processo histórico de vida [...] (MARX, 2009, p.31).

E ainda,

Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração parte-se da consciência como indivíduo vivo, no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se consciência apenas como a sua consciência (MARX, 2009, p.32).

A ideologia compreendida de forma contrária leva à formação de uma “falsa consciência”, ou seja, isso não acontece por um equívoco subjetivo, ou ideias que não partam da realidade, mas sim como uma distorção do real, e isso pode-se observar que, ao ter uma visão difusa da realidade do modo de produção capitalista, o que se tem é uma falsa compreensão e ideia de que esse modo de produzir não apresenta contradições, não há conflitos de interesses e que a universalidade está presente e alcançável para todos. Não obstante, as diversas ideologias que se criam e se espalham através de instituições que também são aparato de relações e organizações sociais do homem, não podem ser compreendidas apenas como uma

¹⁹ Referência respectivamente a Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner (MARX; ENGELS, 2009, p.23).

“falsa consciência”, porque pode-se cometer o mesmo equívoco em reduzi-la ao que se encontra em algumas referências sobre a subjetividade que não competem à Teoria Marxiana. Salienta-se que as ideologias não são ilusões criadas de percepções simplesmente abstratas, afinal a sua fundamentação está na base material da sociedade. Dessa forma, é possível que se entenda o quão importante é o papel das ideias dominantes para que se estabeleçam – no modo de produção capitalista – relações de subordinação, miséria e dependência, produzidas pela classe dominante, e que ali demarcam sua hegemonia.

as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo submetidas em média às ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideias das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão é, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 2009, p.67).

Dessa forma, o que se apresenta através dessas ideias propostas pela classe dominante aparecem de forma distorcida, levando, na maioria das vezes, à falácia de um caráter universal e justo para todos.

Ao seguir, ao se analisar outra obra de Marx, Os Manuscritos Econômico-Filosóficos, é nítida a compreensão da influência que o trabalho²⁰ tem sob a constituição da subjetividade humana, ou seja, como categoria fundante da produção e reprodução da vida. O que se pode compreender é que o trabalho não é simples fazer, mas uma atividade voltada para um fim — uma determinação da subjetividade. Afinal, sabe-se que antes de o sujeito realizar o processo de trabalho, ele constrói subjetivamente sua obra, embora, como já se disse, no modo de produção capitalista o trabalho se torna estranhado. Através desse estranhamento²¹, também se produz uma subjetividade às avessas, pois o objeto que foi produzido lhe é estranho, dessa forma o que se encontra é um sujeito com valores invertidos, uma deterioração da subjetividade, a substituição da valorização do homem pela valorização da mercadoria.

²⁰ Conforme debatido no capítulo 2, item 2.2.

²¹ Fenômeno que foi debatido no capítulo 2, item 2.2.

Por fim, a obra *O Capital*, onde Marx contribui para a compreensão da subjetividade reificada, apresenta então o caráter fetichista da mercadoria. O que se sabe é que a forma com que a mercadoria aparece é mística, ou seja, os seus valores não provem do valor de uso, mas do valor de troca. Sendo assim, pode-se compreender o fetiche da mercadoria como

Já que os produtores somente entram em contato social mediante a troca dos produtos de seu trabalho, também as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. [...] por isso, aos últimos [aos produtores], as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como o que elas são, isto é, não como relações imediatamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas, pelo contrário, como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas (MARX, 2013, p.147).

Dessa forma, sinaliza-se a condição na qual a subjetividade humana está submetida à lógica do modo de produção capitalista, através do processo de trabalho estranhado e alienado, e o que se tem como resultado é uma objetividade que solapa os próprios produtores (sujeitos). Essa objetividade aparece sem subjetividade, ou seja, uma subjetividade às avessas, fragmentada e distorcida, fazendo com que o sujeito desconheça o mundo, seu trabalho, as condições em que se produz a própria existência, um mundo alheio a ele, e produtos (do seu trabalho) também estranho a ele. Sendo assim, o sujeito perde de si mesmo, pois, permeado por esses fenômenos, as condições de liberdade, escolha e consciência são minimizadas, reduzidas apenas à sua sobrevivência, aliás, desumana. Por outro lado, o que se encontra são mercadorias tomando forma, empoderadas, ocultando, assim, o seu processo de constituição, o trabalho social.

Diante disso, no próximo item discute-se a importância da subjetividade no novo modo de gestão da força de trabalho, a produção flexível.

3.2 A subjetividade em tempos de produção flexível

Ao se pensar sobre o papel e a importância que a subjetividade assume na produção flexível, se faz necessária a reflexão sobre o cotidiano de trabalho que vem sendo assumido em tempos de uma nova forma de gestão da força de trabalho. Assim, salienta-se que

[...] é neste ponto que chegamos a um aspecto essencial ao nosso tema: o trabalho tem de deixar de ser somente um meio de vida. Ora, mas o trabalho é um meio de vida! Aliás, uma mediação essencial que é responsável pelo desenvolvimento do ser social

histórico que chamamos de humanidade. Quando perguntamos a qualquer pessoa: por que você trabalha? Ela nos responde: “Para pagar minhas contas, comprar o que é necessário para viver!”. Ao responder desta forma, o senso comum revela que o trabalho se degradou em mero “meio de vida” e não como “primeira necessidade vital”. Degradado em mero meio e não como vida, é natural que só nos sentimos vivos fora do trabalho e nunca dentro dele. Trabalhos oito horas para viver os minutos que nos sobram no dia, cinco dias para viver no fim de semana, onze meses para viver nas férias, trinta e cinco anos para viver depois que nos aposentamos. Olhamos para o relógio e pensamos: só faltam sete horas e cinquenta e nove minutos... Só faltam dez meses e vinte e nove dias... só faltam vinte anos... Depois estranham que as pessoas enlouqueçam (IASI, 2013 p.58).

Dessa forma, em “A maldição e a Emancipação do Trabalho (Ou como a Humanidade Dançou e Como Ela Pode Dançar)”, Mauro Iasi faz reflexões sobre o sofrimento do trabalho. A centralidade dos dispositivos organizacionais (e institucionais) da nova e complexa reestruturação produtiva é a “captura” da subjetividade do trabalhador pela lógica de reprodução do capital fundante no modo de produção capitalista. Ou seja, aparece uma nova lógica, que é capaz de encaminhar e delinear as ações e pensamentos dos trabalhadores, a qual, por sua vez, deve estar na mesma direção da produção e da sua nova forma de produzir, portanto, uma produção mais inteligente (ALVES, 2000).

Na atualidade, o modelo de gestão da mão de obra para a produção da mercadoria, na lógica capitalista, é o de organização flexível, em que o toyotismo²² é um exemplo. Tal modelo possui característica manipulatória muito mais intensa do que outras formas anteriores de gestão da força de trabalho. Isso se deve ao fato de que, no novo processo de produção da mercadoria, o que se deseja “capturar” não é somente o “fazer” e o “saber” dos trabalhadores, mas também sua disposição intelectual, constituída para servir de instrumento de cooperação com a lógica da valorização (ALVES, 2000).

Portanto, observa-se uma mudança comportamental do trabalhador, e claramente isso não parte de si. O processo de encorajamento, vindo do modo de gestão da força de trabalho e da linha de produção remanejada, direciona o trabalhador a pensar proativamente e, com isso, ter um comportamento exclusivamente voltado para o trabalho. Fato é que trabalhadores estão buscando soluções antes mesmo de os problemas acontecerem. Essas mudanças comportamentais-intelectuais trazem consequências também no plano sindical²³, afinal, se o trabalhador se comporta de uma nova maneira, as estratégias do sindicato também tomarão novas formas, e então um caráter mais reformista do sindicato toma forma, o que distingue o seu caráter original de luta, isto é, combativo.

²² A partir desse momento se utilizará a expressão gestão flexível como sinônimo do toyotismo.

²³ Este tema será apresentado no item 3.2.

Diferentemente do que acontecia no modelo de gestão fordista, a gestão flexível não deixa de utilizar o “espírito” do trabalhador. Sobretudo porque não é necessária somente uma ligação mecânica entre o homem e a máquina, e sim uma ligação orgânica, um elo completo. Assim, uma das estratégias do toyotismo, através da recomposição da linha de produção, está em buscar incessantemente “capturar” o pensamento do trabalhador. Aqui, então, é possível compreender e diferenciar os comportamentos dos trabalhadores no modelo de produção fordista e da gestão flexível. Se, no fordismo, o trabalhador da linha de montagem pensava, sob a ótica do toyotismo o pensar é um pré-requisito. No fordismo,

o operário continua “infelizmente” homem e, inclusive [...] durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas (GRAMSCI, 1984, p.384).

No modelo de produção toyotista a capacidade intelectual é mais utilizada, todavia toda a inteligência humana está sob o domínio e a serviço do capital. Ou seja, neste novo modo de gestão da força de trabalho, o trabalhador tem novas formas de ser controlado através do trabalho. Assim, compreende-se que, através da “autoativação” centrada na polivalência, uma das diretrizes do toyotismo, é uma prática “educativa” do modo de produção capitalista, é entre outros uma integração (e controle) do trabalho submetido à nova lógica na produção de mercadorias (CORRIAT, 1994).

Salienta-se que é possível perceber a mudança mecânica (fordista) para a interação orgânica (gestão flexível) e, com isso, se percebe um novo agir do trabalhador. Esse novo nexos do trabalho se traduz como a “captura” da subjetividade do trabalhador. É possível que se visualize isso ao se perceber que o toyotismo reconstrói, sob as novas bases sociotécnicas do trabalho, o trabalhador coletivo, que será determinante para a nova forma de produzir mercadorias.

Denomina-se o que o toyotismo consegue instaurar de o processo de “subordinação formal-intelectual (ou espiritual) do trabalho ao capital” (Ruy Fausto 1998). Isso é o que se tem feito referência, tratando com novo nexos da produção capitalista. Esse processo intensifica a interação e a torna cada vez mais necessária, ou seja, o pensamento e a ação dentro da produção tomam uma nova forma, mais orgânica, dependendo como nunca da performance do trabalhador e do seu desempenho. Tem-se, em Alves, um exemplo desse novo nexos.

A constituição das equipes de trabalho e a empresa em rede são manifestações concretas deste novo trabalhador coletivo como força produtiva do capital. Por outro lado, o capital exige do operário ou empregado, no curso da produção de mercadorias, cada vez mais, suas habilidades afetivo-comunicacionais necessárias para a consecução de redes informacionais que constituem as equipes de trabalho e o trabalho em rede (ALVES, 2011, p.113).

Dessa forma, o que se revela é um novo modo de agir do trabalhador coletivo, respaldado por um elo orgânico próprio da própria gestão flexível. É importante que se explique em que consiste esse elo orgânico:

para o capital, unidade orgânica de pensamento e ação no local de trabalho, é expressão de fragmentação sistêmica para a classe (e consciência de classe) dos trabalhadores assalariados e para seus estatutos salariais (com a constituição de um precário mundo do trabalho pela proliferação de contratos de trabalho temporários e do trabalho atípico) (ALVES, 2011, p.113).

Compreende-se que para o modo de produção capitalista, a era que se vive ou como se produz não altera a relação de dependência do trabalhador, pois o que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 2013). Portanto, entende-se que,

enquanto persistir a presença do trabalho vivo no interior da produção de mercadorias, o capital possuirá, como atributo de si mesmo, a necessidade persistente de instaurar mecanismo de integração (e controle) do trabalho e de administração de empresas, além, é claro, de procurar dispersar os inelimináveis momentos de antagonismo (e contradição) entre as necessidades do trabalhador assalariado enquanto trabalho vivo e ser humano genérico (ALVES, 2011, p.113).

A “captura” da subjetividade é um termo que retrata o novo modo de gestão da força de trabalho e de produzir mercadorias, pois se entende que, através de uma reestruturação produtiva, o modo de produção capitalista precisou resgatar nos trabalhadores, esferas da vida que antes eram consideradas dispensáveis. Ou seja, a partir do momento em que se produz, baseando-se no elo orgânico entre trabalhador e máquina, o pensamento e as habilidades artísticas se tornam elementos que interessam a nova forma de produzir — a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho (ALVES, 2000). Enfim, o modelo toyotista busca mobilizar conhecimento, capacidades para uma intervenção “qualificada” do trabalhador, e esse fato não se deve apenas a uma produção de mercadorias de qualidade, mas também para agregar valor. Então, é importante compreender o significado de “captura” da subjetividade.

É importante destacar que, ao dizermos “captura” da subjetividade, colocamos “captura” entre aspas para salientar o caráter problemático da operação de captura, ou seja, não se tem uma captura real, de fato como o termo poderia supor. Estamos lidando com uma operação de produção de consentimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que não se desenvolve de modo perene, sem resistência e lutas cotidianas. (ALVES, 2011, p.114).

E ainda:

o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração, pelo olhar, mas nas instâncias socio-reprodutivas, com a pleora de valores-fetice e emulação, pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano (ALVES, 2011, p.114).

A partir do exposto nota-se como o caráter subjetivo do trabalho e suas transformações também colaboram para uma formação duvidosa da subjetividade do sujeito. As mudanças dos modelos de produção trazem consigo mudanças comportamentais da classe trabalhadora, as quais não aconteceram sem um movimento de resistência, entretanto, o movimento intenso do capital sob a classe trabalhadora a fragmenta.

O processo de “captura” da subjetividade do trabalho pode ser visto como uma inovação sociometabólica, que tende a dilacerar não somente a dimensão física do trabalhador, a força viva de trabalho, mas também a sua dimensão espiritual. Trata-se, aqui, de um modelo de gestão que quer realizar o impossível, ou seja, a esfera orgânica que acontece entre o homem, que é a grande fonte de inteligência, criatividade junto da “relação-capital” que reforça a ideia do trabalho estranhado e, junto a isso, as ferramentas de controle necessário para a manutenção do trabalho vivo (ALVES, 2011).

Contudo a gestão flexível tende a “não” amenizar a luta de classe e os conflitos inerentes entre capital e trabalho no interior da produção. Ao contrário, tende a exorcizar e se deslocar para espaços “invisíveis” do cotidiano e do trabalho. Ou seja, a luta de classes, em seu aspecto contingente, se expressa por microrresistências e simulações ocultas do trabalho vivo contra o novo patamar de exploração da força de trabalho (ALVES, 2000).

Falou-se, anteriormente, sobre o toyotismo, a lógica que deseja realizar o impossível, e que, além disso, estressa não somente a dimensão física, mas também a espiritual. E na lógica da gestão flexível, uma prática bastante dilacerante é a “captura” da subjetividade do trabalho que vai supor um controle do trabalho vivo através de um olhar que sonda o interior do sujeito. Isto é, encontra-se mais um artifício que interfere precisamente na organização e na mobilização da classe trabalhadora. Esse processo implica estar, incessantemente, sob o olhar de algum

inspetor. Contudo, sob a escuridão dessa forma de gestão da força de trabalho, o inspetor não vem de fora, e não precisa ser contratado para realizar tal função; o inspetor são os próprios trabalhadores. Aqui encontra-se uma tradução livre do sentido de “captura” da subjetividade, retratada na figura do inspetor de si mesmo:

a sujeição do ser que trabalha ao “espírito” Toyota, à família Toyota, é de muito maior intensidade, é *qualitativamente* distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais despótica; aquela, a do toyotismo é mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória. [...] O estranhamento próprio do toyotismo é aquele que dado pelo “envolvimento cooptado” que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho.” Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência de eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho (ANTUNES, 2015, p.53-54).

Dessa forma, o que se considera é que as bases da gestão flexível estão a disseminar uma nova ideologia do capital, que se encontra no interior da produção de mercadorias, o que reforça um elo entre a coerção do modo de produção capitalista e o consentimento do trabalhador. No processo de controle pelo olhar, agora presente na nova forma de gestar o trabalho, o movimento de captura ideológica do trabalhador faz com que o sujeito se adapte a essas novas imposições, não por compactuar de maneira voluntária com as novas formas de controle e produção, mas por condições objetivas de vida, ou seja, sua sobrevivência. “É a partir do processo de produção intrafábrica (e na relação entre empresas) que ele procura reconstituir a hegemonia do capital, instaurando, de modo pleno, a subsunção real da subjetividade operária pela lógica do capital” (ALVES, 2000, p.40).

As alterações na forma de gestão da força de trabalho provocam uma metamorfose, com a qual o trabalhador deve agir diante de seu posicionamento tanto individual quanto intelectual, e é o elo orgânico necessário na produção flexível, ou seja, a atividade mental e física deve ser exposta a partir de práticas cotidianas. O movimento de dar sustentabilidade e razão ao que se produz faz todo sentido, pois nessa nova forma de gestar o trabalho, o resgate de características antes dispensadas, entre as quais a criatividade, devem aparecer. A busca constante pelo aperfeiçoamento de um homem, que seja calcado em ações e pensamentos, é requisito no toyotismo.

Esse processo está balizado em movimentos ideológicos e na criação de valores-fetice. Ao se pensar sobre a importância da subjetividade, considera-se que, a partir do momento em que a captura da subjetividade ocorre pela fragmentação de categorias importantes, conforme salientadas no item 3.1, é possível que se compreenda a necessidade da criação de valores e

necessidades no modo de produção capitalista. Isto porque esse novo modelo (produção flexível) necessita de constante presença da ideologia de mercado para dar razão à sua nova forma de controle da vida social do sujeito.

De acordo com o que diz Alves (2011), salienta-se a diferença qualitativa do movimento de captura da subjetividade do binômio fordista/taylorista para o toyotismo.

O americanismo e fordismo²⁴ tratavam da constituição de uma “cultura industrial”, o que não é o caso do toyotismo que surge no interior de sociedades industriais plenamente desenvolvidas. O que se coloca não é apenas a constituição de uma disciplina ou autodisciplina, mas de “atitudes pró-ativas” de comportamento capazes de significar a participação ativa da inteligência, da fantasia e da iniciativa do trabalho (o que não era exigido no fordismo-taylorismo). Por isso, a “captura” da subjetividade do toyotismo é “qualitativamente diferente” da “captura” da subjetividade adotada pelo fordismo-taylorismo” (ALVES, 2011, p.117).

A inspeção através do olhar deixa o trabalhador muito mais refém do que uma disciplina física imposta em outras formas de a força de trabalho. A ideia de que a vigilância está *em si*, abrange todo o contingente da vida do trabalhador. O termo panóptico, que explicita a nova forma de gestão da força de trabalho, é a “ideia do utilitarista Jeremy Bentham no século XIX, era um projeto arquitetônico de instituições disciplinares que utilizam o olhar como instrumento de controle. A ideia do panóptico [...] para ser utilizada em presídios, surgiu a partir de experimentos nas fábricas russas no começo do século XIX” (PERROT *apud* ALVES, 2011, p.115).

Salienta-se que no fordismo-taylorismo, embora tenha havido a tentativa de conseguir trabalhadores adequados para que se comportassem de outra forma dentro das fábricas, a organização técnica de produção ainda se mantinha. Bastava, portanto, que o trabalhador repetisse funções, trabalhasse com máquinas, o que pode ser ilustrado pelo filme “Tempos Modernos – de Charlie Chaplin”, em que a coerção no trabalho permanecia, mas sob do olhar e o controle do patronato. Ou seja, era necessária a presença de sujeitos para controlar outros sujeitos; uma inspeção física sob o olhar e a ordem, mas externa ao trabalhador.

Já, na gestão flexível, salientada anteriormente, a necessidade de recuperar nos trabalhadores a fantasia e a criatividade faz com que uma nova forma de produzir seja aderida. Ou seja, na atualidade não é mais suficiente que se mantenha um trabalhador realizando funções repetidas ou *somente* ligando a máquina de forma mecânica. Nesse momento, é importante que se extrapolem as ações do fordismo-taylorismo — o controle explícito e a coerção — para

²⁴ Sugere-se, para uma leitura mais aprofundada do tema, o texto: Cadernos do Cárcere: Volume 04: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

acelerar e manter a produção. As novas formas de estímulo ao trabalhador ocorrem a partir da divulgação de ações ideológicas, visando à criação de novos modos de vínculo e estímulo. “O novo modelo produtivo requer uma arquitetura de controle do metabolismo social do capital de novo tipo. Primeiro, pela “reordenação” espaço-temporal, tanto do trabalho quanto da vida social” (ALVES, 2011, p.118). A vida social deve ser reduzida à lógica da produção do capital, e todas as esferas da sociabilidade humana são preenchidas pelo trabalho — exemplo da reordenação do espaço-temporal. Segundo, “pela inversão do “inspetor externo” em “inspetor interno” que manipula as instâncias da subjetividade (pré-consciência e inconsciente) por meio de valores-fetice (ALVES, 2011, p.118).

Conforme já se mencionou, para Marx o fetice é a maneira de exteriorizar a alienação. E isso tem grande valia nesse contexto de “captura” da subjetividade do trabalhador e sua mudança comportamental. O conceito dessa captura esbarra, por um lado, na construção de um “processo de subjetivação” que une a instância da produção com a instância da reprodução social. Contudo o movimento de expropriação/apropriação da riqueza complexa da subjetividade humana, que aparece ao longe nas condições históricas do processo civilizatório tardio, requer um mecanismo de manipulação social aperfeiçoado (ALVES, 2011).

Dessa forma, entende-se que, no modo de produção capitalista, o trabalhador não se reconhece, mas está permeado de um movimento de negação.

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha, e quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho *obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência [...] Sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste (MARX, 2010, p. 83).

Portanto, no momento em que se faz referência à reordenação do espaço-temporal, o que se percebe é que, na gestão flexível, a atividade produtiva está permeada pela fragmentação e isolamento do sujeito, e que não corresponde à mediação entre homem e natureza. Então, se modificam e reificam as relações, fazendo delas uma relação entre coisas. Tudo é reificado, e as relações ontológicas, fundamentais, não correspondem aos seus conceitos originais. O indivíduo é posto diante de meros objetos, pois, seu “corpo inorgânico” – “natureza trabalhada” — e a capacidade de produzir, agora estão alheios a ele. Não se tem a consciência de um ser genérico, ou seja, um ser que *não* esteja fundamentado em sua individualidade (MÉSZÁROS, 2016).

A subjetividade do trabalho vivo recebe interferências de diversas instâncias, e isso leva a um impedimento de despertar no homem as reais necessidades para o desenvolvimento de sua personalidade. Essas interferências vêm do intenso e denso processo manipulador do capitalismo global, tanto na esfera do consumo quanto na esfera da produção. Aliás, aqui, com esse processo que impede o homem de desenvolver sua personalidade real, sua verdadeira autonomia, acaba por constituir a “subjetividade pelo avesso”, ou seja, a formação da subjetividade atingida pelo estresse, que é fruto da relação torturante e contraditória relação-capital-trabalho. O núcleo humano da subjetividade do trabalho é atingido por uma das principais contradições da sociedade capitalista, nessa etapa do desenvolvimento histórico a que se faz referência. Isto é, a contradição que existe entre o grande desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, que poderia ser base para um processo que libertasse o homem do trabalho heterônomo, transformando seu tempo livre em possibilidade de fazer outras atividades, entre as quais contribuir para o aperfeiçoamento de suas habilidades físicas e espirituais, e do outro lado dessa contradição aparecem as relações capitalistas de produção da vida social, que são grades aprisionadoras do homem, seja através da transformação do tempo de vida em tempo de trabalho estranhado; ou através da transformação do tempo de vida em tempo de consumo fetichizado (ALVES, 2011).

Percebe-se, então, que a nova forma de gestão da força de trabalho está permeada de elementos manipulatórios contrários às necessidades reais para o desenvolvimento do homem integral. No modo de produção capitalista, à medida que se tem o desenvolvimento das forças produtivas surge um abismo entre o homem que, através desse processo, poderia desenvolver suas múltiplas capacidades, e o homem permeado de fenômenos e processos que são típicos desse modo de produção. Homem este que, por sua vez, cada vez mais sucumbe ao trabalho, submerso no desenvolvimento tecnológico, e que tem suas relações sociais dominadas pelo fetiche da mercadoria, culminando em relações fetichizadas, abalizadas para suprir as necessidades frívolas e não as reais para seu desenvolvimento.

Ainda se tem a presença de organizações²⁵ — escolas, igrejas, meios de comunicação, partidos políticos, dentre outros — que exercem, sobre a sociedade, o poder da manipulação, reforçando as necessidades criadas, cujo objetivo está em difundir as concepções burguesas nas

²⁵ Para que se compreenda de forma mais aprofundada o tema, indica-se a leitura de algumas obras: SIMIONATTO, Ivete. Gramsci - sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Ed. Cortez: São Paulo, 2011. COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um Estudo sobre seu Pensamento Político. Ed. Campus: Rio de Janeiro, 1989.

relações sociais e em todas as esferas da vida. É possível que se visualize a força dessa manipulação a partir do momento em que,

aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma barreira no interior dos indivíduos entre a sua existência e uma vida rica de sentido. Com efeito, a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência (LUKÁCS *apud* KOFLER, ABENDROTH e HOLZ, 2014, p.67)

Ressalta-se, portanto, que o movimento de manipulação que ocorre na nova forma de gestão da força de trabalho não se basta na esfera da produção, mas também requer a esfera da reprodução da vida. Assim, a captura da subjetividade acontece em todas as instâncias, o que contribui para a fragmentação do movimento²⁶ de luta e resistência por parte da classe trabalhadora. Sabe-se que uma esfera complementa a outra (produção e reprodução), portanto, o processo de manipulação possui um ciclo que contempla a vida do homem, seja no trabalho, ou nos raros momentos de lazer, seja na própria prece.

As religiões fornecem os principais elementos do senso comum, constituindo-se em uma potência ideológica sobre vastos estratos sociais, ao manifestar-se "das formas mais toscas às mais intelectualizadas." Entretanto, se este era um fenômeno visível na Itália do início do século 20, é hoje observável em escala global, extrapolando o catolicismo, através dos mais variados cultos e religiões e, dada sua imperatividade, produz normas de conduta e modos de agir em diferentes camadas de classe. (GRAMSCI *apud* SIMIONATTO, 2009, p. 43).

A partir dessa reflexão sobre os movimentos de manipulação que permeiam a vida do homem, e da contemplação de que esse movimento está presente na esfera da produção e reprodução da vida, é importante que se ressalte que, as organizações privadas como já citadas, são também espaço de luta e resistência, visto que esses mesmos espaços utilizados como ferramentas da manipulação social, e da propagação da ideologia burguesa, está presente a contradição, portanto não consiste apenas na manipulação social e reforço da capitalismo, deste modo, compreende-se que, é o espaço da sociedade civil da hegemonia e contra-hegemonia. Nesse momento, discorre-se sobre os mecanismos utilizados na nova forma de gestão da força de trabalho, que mediam os processos de captura da subjetividade. Portanto, aqui, centra-se a análise sobre os movimentos utilizados pelo modo de produção capitalista e da organização do trabalho, os quais vão fragmentar e capturar ainda mais a classe trabalhadora.

²⁶ No próximo capítulo discute-se sobre esse item.

Na reestruturação produtiva, exemplificada através do toyotismo, é possível que se perceba no sujeito características cada vez mais solitárias e de isolamento. O que dá origem a esse processo é justamente a proposta de novas formas de organização da força de trabalho: as novas formas de pagamento e o trabalho em equipe. Essas duas formas exercidas na gestão flexível têm vínculos efetivos com a criação de valores-fetice, e, principalmente, a utilização da subjetividade para a concretização dessas novas formas de organizar a força de trabalho, o que impacta diretamente na organização²⁷ da classe trabalhadora. Salienta-se que as novas formas de pagamento e o trabalho em equipe são mecanismos utilizados para que, de maneira ilegítima, os trabalhadores consintam sobre a realidade do trabalho na qual estão inseridos, ou seja, uma organização da força de trabalho baseada na concorrência.

A concorrência entre as pessoas e entre as empresas efetua-se em todos os níveis, reforçando a disputa contra os “outros” enquanto parte da moderna ética do trabalho concentrado no trabalho em equipe. Nessas equipes, as relações entre os trabalhadores constituem uma superficialidade partilhada voltada para tarefas específicas de curto prazo: é a base da recompensa presente e da fragmentação da unidade de classe em troca da noção de pertencimento a equipe muito útil ao exercício da dominação do capital (SENNETT *apud* WÜNSCH, 2013, p. 80).

A gestão da força de trabalho no toyotismo não está calcada apenas na produção, mas em todas as esferas da vida, o que dá origem à subjetividade às avessas. O ambiente de trabalho tem sido preenchido por discursos reforçados pelas organizações que promovem a manipulação social, onde, embora o trabalho em equipe seja uma forma de mediação para a captura da subjetividade, as palavras *motivacionais*²⁸ possuem cunho individualista. Compreende-se que esse movimento transfere para o sujeito a responsabilidade de suas ações, e mais: coloca-o como elemento central para o desenvolvimento da produtividade.

De certo modo, a sociabilidade neoliberal, com seus valores, expectativas e sonhos de mercado e mais, com a exacerbação do fetichismo da mercadoria, tem contribuído para sedimentar os consentimentos dos trabalhadores assalariados às novas “metas” da produção toyotista. É claro que estamos diante de um processo contraditório de construção da nova hegemonia do capital na produção, envolvendo nexos geracionais que tendem a resistir, mais ou menos, às novas implicações subjetivas do toyotismo (ALVES, 2011, p. 121)

²⁷ Essa categoria será trabalhada no próximo item.

²⁸ Utiliza-se a palavra motivacional em sentido figurado, ou seja, se faz uma crítica aos discursos presentes dentro das fábricas, que embora apareçam como motivacionais, na realidade são destrutivos, provocando a competição e a fragmentação dos trabalhadores.

Entende-se, portanto, que as novas estratégias do modo de produção capitalista e a nova forma de gestão da força de trabalho acarretam a fragmentação e o aumento da heterogeneidade da classe trabalhadora. Isto porque, conforme já se discorreu sobre a noção da reordenação espaço-temporal, encontra-se também o processo de liofilização organizacional, o qual

é basicamente caracterizado pela redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto, pela substituição crescente de parcelas de trabalhadores manuais pelo maquinário tecnocientífico, pela ampliação da exploração da dimensão subjetiva do trabalho, pela sua dimensão intelectual no interior das plantas produtivas, além de pela ampliação generalizada dos novos trabalhadores precarizados e terceirizados da “era da empresa enxuta” (ANTUNES, 2005, p.50).

Desse modo, a fragmentação da classe trabalhadora e da hegemonia das ideias vinculadas às ideias do capital aumenta a dificuldade da construção de uma unidade coletiva que seja capaz de promover movimentos de resistência no sentido da luta de classes. Portanto, encontra-se dificuldade para a construção de uma subjetividade que seja construída em favor da consciência de classe, ação coletiva, notadamente nos trabalhadores mais jovens (WÜNSCH, 2013).

Por fim, o que se percebe é que, na gestão flexível, a subjetividade humana está demarcada pela manipulação social e pelos limites impostos pelo modo de produção capitalista. Esta, por sua vez, é uma instância que possui grande importância para a propagação dessa nova forma de gestão da força de trabalho, que leva o trabalhador a um processo obscuro sobre a construção e reconhecimento do seu próprio ser. Essa condição histórica da práxis social em sociedade dominada pelo fetichismo da mercadoria posta um grande desafio à ‘negação da negação. O processo de fetiche da mercadoria e a abundância de fetichismos sociais que dele se originam, impõem constrangimentos inegáveis à produção da subjetividade humana nas sociedades mercantis desenvolvidas (ALVES, 2011). Em relação ao capital, na condição de um sistema de controle do metabolismo social, é “uma poderosa - até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle do metabolismo social que surgiu no curto da história humana” (MÉSZÁROS, 2002, p.2012). Desse modo, instalam-se movimentos relativos à subjetividade humana que são incoerentes com o pleno desenvolvimento do homem.

Assim, no próximo item se discorre sobre as manifestações do modelo flexível de gestão da força de trabalho na classe trabalhadora. Também se discute sobre os desafios, limites e processos impostos à classe trabalhadora diante da atual conjuntura e organização do trabalho, em um momento de ofensiva do modo de produção capitalista e de intensa manipulação social.

3.3 As manifestações do modelo flexível de gestão da força de trabalhos na classe trabalhadora

Os movimentos que permeiam o novo modo de gestão da força de trabalho ainda possuem manifestações a serem dimensionadas. Sabe-se que esse processo de reestruturação produtiva atinge não somente a condição material do trabalhador, mas também sua subjetividade, o que abrange sua representatividade coletiva, por exemplo, os sindicatos.

A introdução de novos mecanismos na linha de produção, entre os quais braços mecânicos, máquinas de controle numérico, robotização de etapas, a microeletrônica avançada, conjugados com as técnicas *just in time*, controle de qualidade, entre outras, produziram alterações nos processos de produção de mercadorias ou serviços que, diretamente, se manifestam na classe trabalhadora. No toyotismo, a forma flexível de produzir e a descentralização da produção resultaram na desregulamentação e despolitização dos direitos trabalhistas, dessa forma “os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais ligada à imediatividade, à contingência, regredindo em sua ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente, foram abandonando seus traços anticapitalistas” [...] (ANTUNES, 2015, p.198). O que se permite pensar, diante dessa postura imediata, é que no modo de produção capitalista, juntamente com o avanço de políticas econômicas de fundamentos neoliberais, e a introdução intensiva da tecnologia, a luta da classe trabalhadora tem, como elementar, a garantia do direito ao trabalho, mesmo que este tenha dimensões destrutivas, como já mencionadas ao longo desta dissertação.

Nesse cenário, observa-se que os sindicatos possuem uma nova forma de representar a classe trabalhadora, com o sindicalismo de participação, ou seja, é necessário que se participe de tudo, ou, ao menos, que não se questione a forma do mercado, a legalidade do lucro, como se produz ou para quem, e a produtividade. Ou seja, todos os elementos que dão sustentabilidade ao modo de produção capitalista mantêm-se vivos (ANTUNES, 2015). Sobretudo a reestruturação produtiva, conta com a nova forma de participação dos sindicatos, o que se torna ainda mais determinante para a formação de uma subjetividade às avessas do trabalhador — que essa se constitui através das relações sociais.

O sindicalismo, em seus traços e tendências dominantes nos países avançados, conduzido pelo ideário que tem conformado suas lideranças, a cada passo dado, recua a um patamar anterior, assemelhando-se a um indivíduo que, embora pareça caminhar para a frente, desce uma escada de costas, sem visualizar o último degrau e menos ainda o tamanho do tombo (ANTUNES, 2015, p.199-200).

Reitera-se que o sindicalismo, na atualidade, tem sua atuação modificada, pois seu posicionamento está direcionado ao movimento institucional e à negociação, o que não expressa a tradição de luta de classes contra as formas explícitas e implícitas de exploração engendradas no modo de produção capitalista sobre o trabalhador. Percebe-se, nesse cenário, que o poder que a ideologia adquire sobre os organismos representativos e de luta da classe trabalhadora, se traduzem em um abandono da característica combativa, o que revela a captura da ideologia burguesa sob as ações de luta e resistência sindical.

O poder da ideologia predominante é indubitavelmente imenso, mas isso não ocorre simplesmente em razão da força material esmagadora e do correspondente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes. Tal poder ideológico só pode prevalecer graças à vantagem da *mistificação*, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, “consensualmente”, valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrários aos seus interesses vitais (MÉSZÁROS, 2014, p.472).

Desse modo, as transformações trouxeram impactos para a classe trabalhadora, que estão calcadas na crise que na atualidade a atinge. A reestruturação produtiva deu bases para que houvesse uma diminuição considerável da classe operária fabril, essa que está no núcleo do complexo de produção de mercadorias. Ou seja, ao tempo em que ela diminui, também incorpora qualificações, fazendo-a mais integrada através da lógica do toyotismo, à organização da produção capitalista, o que vai contrastar com a propagação precária pelas bordas do complexo produtor de mercadorias (ALVES, 2000).

Com essa mudança, a precarização do trabalho, que se constitui como um traço estrutural, típico do modo de produção capitalista em tempos de flexibilização, se expõe de duas formas. A primeira é relacionada à crise estrutural do valor, o que remete a uma precariedade do salário, mas que não se reduz a ela, tendo também impacto nas condições de trabalho, no plano de carreira e na jornada de trabalho. Em síntese: a flexibilidade do trabalho está atrelada à retirada de direitos dos trabalhadores, que estão submetidos à lógica da terceirização, contratos de trabalho, e uma jornada de trabalho desregulamentada. A segunda expressão da precarização aparece na esfera existencial, ou seja, no modo de produção capitalista, em que a relação ontológica entre homem e natureza não é a mesma, e muito menos está abalizada na sua transformação relativa ao seu desenvolvimento pleno. Essa está qualitativamente pior; o sujeito possui uma nova relação com o trabalho.

Nesse sentido, a produção flexível trouxe mais tecnologia, e uma nova forma de gestão da força de trabalho, o que resultou em um estilo de vida que, a partir dessa reestruturação, tem em suas bases a qualificação da força de trabalho e, principalmente, a pressão ideológica sobre o sujeito, baseado em metas e produtividade. Sobretudo a esfera de desejo e de domínio por essa nova lógica de produção não é somente a produtiva, mas a totalidade da vida do sujeito, o que pode ser compreendido como

o modo de vida just in time implica maior carga de pressão no plano psíquico do homem-que-trabalha, tendo em vista que ele opera o fenômeno da vida reduzida. Na medida em que a produção toyotista torna-se totalidade social, ele impregna a vida social de elementos valorativos do produtivismo capitalista. O trabalho abstrato, que nasce na fábrica, dissemina-se pela sociedade burguesa (ALVES, 2013, p.240).

Os sindicatos, por sua vez, não conseguiram se posicionar fora dessa lógica, o que culminou em uma diminuição das taxas de sindicalização, pois, a partir do processo de precarização do trabalho, que trouxe consigo, dentre diversas expressões, a contratação de trabalhadores em condições parciais e precárias, abriu-se espaço para uma fragmentação que, entre “os estáveis e precários, parciais, reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar segmentos não estáveis da força de trabalho” (ANTUNES, 2015, p.201). Então, o que se percebe é que há o rompimento dos vínculos entre os trabalhadores, o panorama, antes baseado no binômio fordista-taylorista, e que consistia, em primeira instância, na condição de igualdade entre os trabalhadores, na atualidade, com a reestruturação produtiva, provoca uma fragmentação dentro da classe.

Instalou-se a nova fórmula do cada um por si, e a solidão de todos tornou-se regra. Agora, um colega afoga-se e não se lhe estende mais a mão. Em outros termos, um único suicídio no local de trabalho – ou manifestamente em relação ao trabalho – revela a desestruturação profunda da ajuda mútua e da solidariedade (DEJOURS; BÈGUE, 2010, p.21).

As transformações nas ações sindicais dão margem a que não haja uma mobilização coletiva, sobretudo porque a representatividade da classe trabalhadora não está na mesma direção de origem, e então o sentimento de pertencimento é suprido pela solidão e individualidade. A subsunção do trabalho à lógica mercantil tem como objetivo a despolitização e o desmonte da classe trabalhadora, que é a única capaz de agir antagonicamente aos interesses do capitalismo. Dessa maneira, ocorre a pulverização dos sindicatos, ou seja, através da terceirização, a representatividade dos trabalhadores ocorre de maneira diferenciada para cada

função exercida, mesmo em uma mesma empresa, o que solapa a possibilidade de organização, solidariedade e resistência de classe (ANTUNES, 2015).

Dessa forma, diante do cenário de desregulamentação do trabalho surgem aspectos sociais que são importantes de serem citados. O primeiro é o desemprego estrutural. Sabe-se que o modo de produção capitalista é um sistema contraditório e que possui forças antagônicas. Diante disso, é necessário que se ressalte: sob a falácia da ampliação dos campos de trabalho, essa que está materializada através de diversas expressões, como a terceirização, surge o trabalho precário e, além dele, o desemprego estrutural.

Assim, a formulação de políticas econômicas e sociais de fundamentação neoliberal encaminham a reestruturação produtiva, propiciando uma nova forma de desenvolvimento do capitalismo que, em síntese, se resume a um vigoroso aumento da composição orgânica do capital que tem como consequência o aumento de produtividade acompanhada da não menos vigorosa diminuição de trabalhadores envolvidos diretamente na produção de mercadorias. Desse modo, e a partir da lógica de um capitalismo globalizado, os trabalhadores agora passam a ser a população trabalhadora excluída, deixam de ser o que Marx denominou excedente, sobrança. Ou seja, é a nova massa de pessoas que está fora, sem ser utilizada pelas formas exploratórias do capital.

Outro aspecto importante é “a subproletarização tardia é a nova precariedade do trabalho assalariado sob a mundialização do capital. Ela surge não apenas em setores tradicionais (e desprotegidos) da indústria (e dos serviços), mas, sobretudo, em setores modernos da produção capitalista” (ALVES, 2000, p.78). Sua especificidade está na fragmentação²⁹ da classe em seu interior. Assim, o processo de subproletarização inclui aqueles trabalhadores que, na atualidade, fazem parte do contingente das contratações e do trabalho temporário. É importante salientar que, diante da reestruturação produtiva e da ofensiva do mercado, o debate sobre a quantidade de trabalho torna-se mais importante do que a qualidade do trabalho ofertado.

Como já se salientou anteriormente, a precarização do trabalho tem uma ligação orgânica com a reestruturação produtiva, e a fragmentação entre os trabalhadores estáveis e instáveis dentro da classe é uma expressão desse processo. Dessa forma, entende-se que, no mundo “moderno” do trabalho, aparece, como característica, um centro produtivo ocupado pelos trabalhadores integrais, assalariados, e que possuem vínculo permanente (ALVES, 2000).

Assim, a importância do grupo de trabalhadores que possui vínculos, e, portanto, uma dimensão orgânica importante para que se mantenha a nova forma de gestão da força de

²⁹ Já salientado anteriormente.

trabalho, aparece quando se analisam as ofertas feitas em troca de ações dentro das indústrias que irão consolidar a manutenção dessa nova forma de produzir. “Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel” (HARVEY, 1993, p. 144)

Em contrapartida, outra parte desses trabalhadores se encontra fora desse cenário que oferece, em uma primeira impressão, segurança e estabilidade no trabalho. Na verdade, ainda permanecem sendo trabalhadores assalariados, porém em condições muito menos favoráveis do que a do grupo anterior; não há possibilidade de carreira, por exemplo, e, dessa forma, se tornam trabalhadores sem vínculo. O que se percebe é que esse processo dá margem a uma criação periférica do complexo de produção do capital, originando dois grupos diferentes (ALVES, 2000).

O primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Com menos acesso a oportunidade de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade, “o que torna as reduções da força de trabalho relativamente fáceis por desgaste natural” (HARVEY, 1993, p.144).

E o segundo grupo periférico é o que

oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico”. Todas as evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregados nos últimos anos (HARVEY, 1993, p.144).

As novas formas de contratação do trabalho expressam a fragilidade com a qual o trabalhador, através desse novo comportamento do mercado, está submetido. A desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas conquistados através da luta e resistência dos trabalhadores vem sendo sucumbida por demissões abruptas, e que estão diretamente ligadas às necessidades do mercado. Ao passo que se requer maior número de funcionários para aumentar a produção, contrata-se através de contratos frágeis, e à medida que não é necessária tamanha demanda de trabalhadores, se demite sem custos e com muito menos o compromisso legal. Dessa forma, pode-se visualizar com clareza a fragmentação e a crise vivida pelos

sindicados, pois aparecem, nesse novo momento, dois contingentes de trabalhadores completamente distintos.

Entretanto é preciso que se compreenda que o que se quer apresentar não é uma dualidade entre “centro” e “periferia” de produção do capital ou “privilegiados e “precarizados” do trabalho, na verdade esse processo mistifica uma condição estrutural. Na lógica do modo de produção capitalista, para se obter altos salários é preciso que eles sejam baixos (ALVES, 2000). Portanto não se está dizendo que há uma polarização ou “perfis” de trabalhadores diferentes, o que se retrata são as manifestações que essa forma de produzir tem sobre os trabalhadores, acarretando sua fragmentação, porém não se trata de trabalhadores mais ou menos afetados pela crise; todos são atingidos por esse processo.

Sobre a crise dos sindicatos é preciso que se esclareçam alguns pontos. Diante de diversos momentos, já expostos, parte-se de sua contextualidade. 1) O aumento tangível da individualização das relações de trabalho, o que corrobora o deslocamento da relação capital e trabalho em âmbito nacional para universos pequenos, para o local de trabalho, onde a relação está cada vez mais individualizada. Essa tendência deu origem a um elemento nefasto do sindicalismo de empresa, “sindicato-casa”, que se alavanca com o toyotismo e se expande universalmente. 2) A forte avalanche da desregulamentação e flexibilização ao máximo do mercado de trabalho, que implica diretamente nas conquistas históricas através do movimento sindical que, até o presente momento, tem sido incapaz de impedir tais transformações e a retirada dos direitos. 3) O esgotamento dos modelos³⁰ sindicais vigentes nos países de capitalismo avançado, os quais, na última década, fizeram a opção pelo sindicalismo de participação, e agora tendem a contabilizar os seus prejuízos, e entre os vários, o mais impactante é o desemprego estrutural que é um processo capaz de atingir o próprio sindicato. Dessa forma, (re)obriga o movimento sindical, de forma global, novamente a lutar, de maneira até radicalizada em alguns casos, na tentativa de manter alguns direitos, como *redução da jornada de trabalho*, no plano da imediaticidade, visando a reduzir o desemprego estrutural. 4) A tendência enorme da burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que estão cada vez mais distantes do perfil dos movimentos sindicais autônomos, e que fazem a opção

³⁰ Os modelos são: *Anglo-saxão* (similar ao norte-americano) se traduz em uma ação neoliberal e conservadora, com direitos reduzidos e negociações fragmentadas, por um patronato hostil, que visa ao enfraquecimento ou aniquilamento dos sindicatos; *o modelo alemão* que está calcado em uma dualidade, porque de um lado se baseia na contratação coletiva de trabalho de acordo com os ramos profissionais, e de outro, na conquista e exercício dos direitos limitados, porém reais. Supõe a presença tripartite: Estado, patronato e sindicatos, que apesar das diferenças, estão de acordo em manter a regra do jogo e, por fim, *o modelo japonês*: que está fundamentado no sindicalismo de empresa participacionista, aderindo à cultura e projeto de empresas que, em troca, ofertam certas garantias e estabilidade quanto ao emprego e salário (ANTUNES, 2015).

por uma integração com as empresas, ganhando assim *legitimidade*, expondo assim suas ações cada vez menos anticapitalistas e, portanto, a perda de sua radicalidade social. 5) Através da apologia à individualização e da resignação social, o capital se amplia consideravelmente, através de métodos ideológicos e manipulatórios mais do que métodos diretamente repressivos, mas que ainda assim aparecem em momentos necessários – sua ação isoladora dos movimentos de esquerda, principalmente aqueles que ensaiam práticas calcadas em ações anticapitalistas. É lugar-comum, em qualquer parte da sociedade que produz mercadorias, uma hostilidade contra o sindicalismo combativo e movimentos que tenham inspirações socialistas. (ANTUNES, 2015).

Assim, pode-se compreender que existem diversas manifestações que permeiam o cotidiano do trabalhador, e apontam diversos desafios para o sindicalismo. O movimento da captura da subjetividade do trabalhador (ver item 2.2), que ocorre a partir da nova forma de gestão da força de trabalho e da difusão de ideias mercadológicas e individualistas, em que as organizações intensificam esse processo de manipulação social, portanto não são restritas à esfera das relações sociais, pois esse movimento de captura também ocorre no interior das indústrias, impactam, diretamente, a organização, resistência e luta da classe trabalhadora.

Uma evidência disso é que, a partir do predomínio das ideias neoliberais, mesmo diante do crescimento da economia, e conseqüentemente, do emprego, da prevalência da democracia institucional, com o reconhecimento do direito, o número de greves no país é inferior aos movimentos dos anos 1980 e 1990. Realidade essa que reflete o relativo êxito obtido pelas ideias de recorte neoliberal, que enfatizam o individualismo [...] (WÜNSCH, 2013, p. 156).

Desse modo, visualiza-se a importância que o cariz individual assume nesse cenário, trazendo para o centro da análise o comportamento solitário que o trabalhador vem assumindo na atualidade. Isso decorre do fato de que, na nova organização técnica do trabalho, a gestão flexível possui, em seu núcleo, o desempenho e “recompensas” para cada trabalhador, de acordo com seu empenho, esforço, polivalência, criatividade. Contudo, fragmenta-se a possibilidade de uma análise sobre o modo de produção e a sociabilidade burguesa que, corrobora para a criação de um abismo entre esse trabalhador individual e solitário e o trabalhador que possui múltiplas potencialidades, mas não as desenvolve, considerando-se a impossibilidade de acesso às condições objetivas de vida que são bases para o seu desenvolvimento. Entende-se que a potencialidade não está somente no sujeito trabalhador, mas sim no homem.

Portanto não se questiona o capitalismo enquanto um modo de produção como gerador das desigualdades sociais, mas tenta-se justificá-las tendo como ponto de partida as diferenças

individuais e a liberdade individual. Dessa forma, fomenta-se uma espécie de “darwinismo social”, em que se fragiliza as relações sociais e as lutas coletivas que a cada dia vêm sendo preenchidas por um caráter cooperativo perante o individualismo e o estímulo à concorrência entre os trabalhadores (WÜNSCH, 2013).

Nessa perspectiva, a manipulação social, conforme se salientou ao longo deste capítulo, não se restringe ao comportamento do trabalhador para com o trabalho. Esse processo está amplamente ligado às relações sociais que vêm se modificando e, nesse contexto, conduzindo os homens a uma vida sem sentido, preenchida de necessidades criadas, pois, na sociabilidade burguesa, o prazer com a compra de mercadorias preenche o vazio causado pela vida conformada a partir de valores-fetichismo. Isso faz todo o sentido, quando se compreende a lógica da gestão flexível, tendo como fio condutor as metas, as quais quando alcançadas individualmente possibilitam o acesso ao universo fetichizado das mercadorias.

Diante disso, a aspiração de muitos passa a ser acessar determinados espaços — condomínios, shoppings centers e clubes, através do consumo. Para tanto, os consumidores têm gastos, e dependem de renda, o que, sob a lógica do mercado, faz sentido ter acesso a esses espaços a partir das competências e habilidades pessoais (WÜNSCH, 2013).

Compreende-se a gestão flexível como uma forma de gestar, a qual, dentre as diversas formas de organizar a produção, deseja realizar o impossível, de modo que as relações sociais também são abalizadas nesse sentido. Observa-se que a forma de gestão da força de trabalho possui uma lógica que é reproduzida em todas as esferas da vida. Assim, a partir da necessidade de realizar o impossível, o tempo é imprescindível, o que culmina em relações, pensamentos e ações que se baseiam na imediaticidade. Portanto, o tempo se torna um representante apenas do presente, e isso, em determinado aspecto, fragiliza os vínculos, as histórias e os movimentos de resistência que se realizaram ao longo da história. Aliás, entende-se que a historicidade, a partir da manipulação social, da ofensiva do mercado e das demais estratégias do modo de produção capitalista está sendo sucumbida pelo presente.

Entretanto sabe-se que a história não se encerra com o modo de produção capitalista e com a democracia burguesa. Portanto, embora todos os fenômenos e movimentos criados pelo capitalismo e suas estratégias se manifestem na forma de agir e pensar dos homens, é preciso que o movimento sindical faça uma análise da realidade, desse modo, as processualidades que, na contemporaneidade, permeiam os trabalhadores seriam mais bem compreendidas.

Especialmente entre os mais jovens, o que exige do movimento sindical uma melhor compreensão dessa realidade, a fim de adequar sua forma, sua linguagem e mesmo

seu conteúdo, sem abdicar de princípios ou do sentido estratégico classista. Porém, para auxiliar os trabalhadores a se reconhecerem enquanto “classe em si” e transformem-se em “classe para si” (WÜNSCH, 2013, p. 158).

Desse modo, é importante que se resgate o sentido de pertencimento de classe, mesmo quando se compreende que, diante da lógica destrutiva do capital, não há barreiras para a precarização do trabalho. A exploração sem fronteiras da força de trabalho é a expressão das diversas contradições estruturais dessa forma de sociabilidade (ANTUNES, 2015b). Assim, a gestão flexível, que se baseia no controle da subjetividade do trabalhador, que se reflete nos números resultantes da produção, tem, por outro lado a incontabilidade própria do capital, em que a necessidade de se produzir cada vez mais sucumbe às condições mínimas para os trabalhadores.

Diante desse cenário que novos desafios se impõem aos sindicatos. De nossa parte, cremos que a ferramenta-sindicato ainda é imprescindível, enquanto perdurar a sociedade do capital, com sua exploração do trabalho, suas precarizações, seus adoecimentos e seus padecimentos corpóreos físicos, psíquicos etc. Mas é preciso dizer que há inúmeros desafios a serem enfrentados (ANTUNES, 2015b, p.424).

Como se salientou no começo deste subcapítulo, é importante que se avance sobre a separação entre os trabalhadores considerados “estáveis” e os “instáveis”. Isto porque, diante do contexto histórico da atualidade, a despolitização dos direitos sociais e trabalhistas se faz necessária para enfrentar o desmonte proposto pelos meios de produção e abalizado pelo Estado, mediante a formulação das políticas econômicas. Por isso, o resgate do pertencimento de classe (trabalhadora) é importante, nesse momento, afinal a organização e a resistência da luta dos trabalhadores, estarão mais endossadas a partir do momento em que a representatividade coletiva estiver unida e em ações conjugadas. O processo de politização dos trabalhadores, baseado na perspectiva de classe, terá importância para que se enfrentem os movimentos que decorrem da gestão flexível e da captura da subjetividade do trabalhador. E a partir disso, traçar estratégias para atingir uma sociedade emancipada das estratégias totalizadoras do capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova forma de gestão da força de trabalho, fundamentada na produção flexível, revela o processo de desumanização ao qual o homem está submetido. O modo de produção capitalista, fundamentado na divisão social do trabalho, na propriedade privada e na produção de mais-valia, tem como célula central a mercadoria, o que caracteriza a forma mistificada e reificada em que as relações sociais se conformam nesse modo de sociabilidade.

Nesse sentido, se faz um resgate do eixo central desta pesquisa, elencado na introdução desta dissertação: a nova divisão internacional do trabalho, em que a principal mudança consiste na chegada da produção flexível, e como essa nova organização técnica do trabalho se apropriou da subjetividade do trabalhador, trazendo, assim, manifestações importantes no seu comportamento e também na sua organização enquanto classe. O intervalo temporal de análise abrange o início na década de 1970 até os anos 2010. A sustentação teórico-metodológica desta pesquisa foi, precisamente, o método dialético-crítico, fundamentado no materialismo histórico.

Assim, para contextualizar o caminho percorrido durante o processo da pesquisa, é importante que se reitere o trabalho como categoria fundante do ser social. Entretanto, no modo de produção capitalista, a relação entre homem e natureza se modifica, o que culmina em um elo em que o produtor não acessa o que produz, e, portanto, não se vê em seu próprio objeto. Dessa forma, a relação entre produtor e produto se inverte, fazendo com que o resultado do trabalho, domine quem o produziu. Essa inversão é compreendida como alienação, e é própria do modo de produzir capitalista.

A partir da crise estrutural do capital nos anos de 1970, a reestruturação produtiva surgiu como forma de reorganizar a produção. Nesse sentido, a produção flexível, da qual o toyotismo é um exemplo, aparece como uma nova forma de gestão da força de trabalho, que insere concepções tecnológicas e, diferentemente do binômio fordista/taylorista, utiliza a criatividade, o pensamento, a subjetividade e incentiva a ação proativa do trabalhador. Essa nova técnica de organização do trabalho se consolidou através de ações que agiram no plano ideológico do trabalhador, mas com resultados na produção e manutenção dessa forma de produzir, e as manifestações desse processo puderam ser observadas na subjetividade. Essa nova configuração está abalizada na fragmentação do pensamento coletivo, pois, em determinado aspecto, fragmentar o pensamento coletivo é também fragmentar as ações coletivas.

A ideologia que, através de organizações (igrejas, escolas, mídia, etc.), propaga e reforça ideias e formas que fundamentam as relações sociais e o modo de vida dos homens, exerce a

função que está na criação de um conjunto de normas e leis que aparecem para a sociedade como naturais e universais, mas, em contrapartida, são funcionais ao modo de produção capitalista, e fazem parte, sobretudo, da engrenagem que culmina na reprodução da realidade que está posta, o que direciona para o entendimento de que não há outra forma do trabalho e, nesse sentido, de relações sociais que não sejam permeadas pelas ideologias de mercado.

Embora o surgimento do toyotismo tenha gerado uma nova técnica de organização do trabalho, compreende-se que esse movimento representa a reorganização do capital para que dê sustentabilidade à contínua acumulação de capital e à dominação global. A partir das ações ideológicas dessa nova forma de gestão da força de trabalho entende-se que, o que ocorreu foi a intensificação de outras técnicas de gestar o trabalho, pois não há um rompimento, de fato, do binômio fordista/taylorista para o toyotismo. Há, mais do que nunca, o aumento na intensidade da produção, o preenchimento de todas as esferas da vida social pelo trabalho, e um trabalhador que tem sua subjetividade - que se conforma a partir das relações sociais – dominada pela sociabilidade burguesa, e se configura um homem cujos sonhos têm cunho mercadológico, portanto, burguês. Dessa forma, há uma radicalização do processo manipulatório para apropriação do conjunto das capacidades humanas em favor do capitalismo em tempo integral.

Nesse contexto, se percebe, na contemporaneidade, que o processo de reestruturação produtiva é o que se pode nomear de movimento de captura da subjetividade, mas, nesse momento, o elemento primeiro é o trabalho, e a partir das mudanças técnicas em sua organização, surgiu uma nova forma de gestão da força de trabalho que se manifesta em todos os aspectos da vida. Assim, à medida que o trabalho assumiu uma nova organização técnica - a produção flexível - ocorreram modificações importantes, sobretudo para o trabalhador, que é parte dessa linha de montagem, porque, na gestão flexível, o elo do trabalhador com a empresa é um elo orgânico, e, dessa maneira, há o processo que captura o trabalhador.

O toyotismo, já discutido ao longo desta dissertação, se traduz como uma nova lógica que não dispensa nenhuma característica e capacidade humana. Ao contrário, a utiliza em sua integralidade, juntamente com a manipulação social. Assim, há no comportamento do trabalhador uma conformidade que ocorre através do processo de coesão. A gestão flexível está endossada, a partir da captura do saber do homem e não apenas de sua parte técnica. É importante que se ressalte o resgate das características humanas, até então adormecidas na organização técnica do trabalho fordista/taylorista, por exemplo, a criatividade e a fantasia. Esses atributos não são apenas uma forma de desenvolver um produto de qualidade, ou de

reaver o trabalho em seu sentido ontológico, no qual ocorre a mediação entre homem e natureza, mas, sim, de agregar valor à produção.

Diante dos processos e movimentos que acontecem na gestão flexível, que culminam em uma subjetividade às avessas do trabalhador, e, portanto, em suas relações sociais e em seu modo de vida, é possível que se entenda a visão distorcida criada em torno da realidade na qual o trabalhador está inserido. Visto que, o trabalho fonte de realização do ser social, está preenchido por fenômenos e valores que, não condizem e não favorecem ao seu desenvolvimento pleno. À medida que há o desenvolvimento das forças produtivas, cria-se uma lacuna entre o homem real — aquele que possui diversas capacidades e potencialidades — e o homem que está preenchido por fenômenos e movimentos típicos do modo de produção capitalista.

Desse modo, a captura da subjetividade do trabalhador se manifesta na forma de se organizar enquanto classe, e oferece diversos desafios às suas unidades representativas, por exemplo, os sindicatos. Diante do cenário da atualidade, em que a gestão flexível traz consigo não somente modificações na forma de organização técnica do trabalho, mas também a despolitização acerca dos direitos dos trabalhadores, o comportamento sindical, teve de agir para assegurar pelo *menos* o trabalho. Ou seja, em um contexto de precarização do trabalho, traduzido, por exemplo, em terceirizações, é preciso que se garanta pelo menos o direito ao trabalho, mas sem que haja contestação sobre qual trabalho se está falando. Como salientou-se no item 3.3 desta dissertação, a qualidade do trabalho já não tem a mesma importância que a quantidade, pois diante de tamanhos retrocessos, os sindicatos se apresentam como uma forma de mediar as condições degradantes que o trabalho tem assumido, principalmente a partir da reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal.

O contexto das terceirizações que ocorrem dentro das empresas revela um grande desafio para os sindicatos, pois há uma fragilização dos vínculos entre os próprios trabalhadores. Sabe-se que agora, além do processo estrutural que o modo de produção capitalista apresenta, as poucas *recompensas* que existem são determinadas de forma diferente. Assim, há dois grupos de trabalhadores que trabalham para uma mesma empresa: os que possuem vínculo direto e os terceirizados. O desafio, portanto, é recuperar esses laços que vêm sendo sucumbidos por ações individuais, através da propagação da meritocracia, atingir as metas, e uma disputa que, para ser o *melhor* funcionário do mês, *só depende de você*.

As manifestações na subjetividade do trabalhador, a partir da produção flexível e da nova forma de gestão da força de trabalho, ocorrem a partir do momento em que, como citado

no item 2.3, os círculos de controle de qualidade (CCQ) são espaços onde os próprios trabalhadores apresentam sugestões de melhoria para a produtividade. Aqui, se encontra uma manifestação clara, sobre a força da ideologia, da manipulação social e da coesão, que resultam no processo em que os próprios trabalhadores opinam sobre a melhor forma de aumentar e fomentar a produção. Ou seja, há uma falsa concepção de participação, e frases como “*vestir a camisa da empresa*” ou “*essa empresa é de todos nós*”, resultam em uma grande competição, favorável às empresas, e uma grande desmobilização da classe trabalhadora, desfavorável à própria classe.

Nesse sentido, o desafio dos sindicatos está na retomada da participação dos trabalhadores, o movimento de base precisa se reencontrar, buscar formas de enfrentamento dessa ofensiva mercadológica que avança sem receio. É preciso que se retome a identificação de classe, e, portanto, que os valores-fetice, intensificados a partir da produção flexível, sejam superados, sobretudo superados a partir de ações combativas que defendam a classe trabalhadora.

A recuperação dos vínculos entre os trabalhadores é de extrema importância, em um momento em que trabalhadores vem sendo demitidos abruptamente, baseados agora, nas novas regras trabalhistas, que consistem em grandes demissões, sem possibilitar uma consulta prévia aos sindicatos. A nova lei trabalhista está postada no reforço do trabalho precarizado, na manutenção do processo de desumanização do trabalhador. Como exemplo, cita-se a demissão de 1.200³¹ funcionários do grupo de Ensino Superior Estácio, entre os quais, professores com mais de 20 anos de casa, e suas demissões foram informadas dentro da sala de aula. Portanto, visualiza-se o desafio que está posto para o movimento sindical, e mais do que nunca esse é o momento para reorganizar as forças em um esforço coletivo, e, sobretudo, em prol de causas coletivas da classe trabalhadora.

A importância da pesquisa está em desocultar o processo de manipulação e sua radicalização na contemporaneidade, visto que é preciso compreender a engrenagem do modo de produção capitalista para que o enfrentamento seja realizado a partir de ações que conjuguem a compreensão acadêmica e as ações da militância. Dessa forma, o que se buscou durante a pesquisa foi subsidiar a luta dos trabalhadores, através da compreensão dos movimentos que conformam o modo de produção e a condição de vida dos trabalhadores.

³¹ Esses dados foram retirados do artigo “Demissões na Estácio são chance para sindicatos mostrarem serviço” Julianna Sofia. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/julianna-sofia/2017/12/1941980-demissoes-na-estacio-sao-chance-para-sindicatos-mostrarem-servico.shtml?loggedpaywall>>. Acessado em: 11 de dez. de 2017.

Por fim, se faz necessária a presença de lideranças sindicais dentro das empresas, abrindo espaço para debates, e que essas lideranças estejam, realmente, comprometidas com a transformação dessa realidade. Essa ação deve estar atrelada ao posicionamento político para enfrentar a ofensiva da desregulamentação dos direitos trabalhistas, demonstrando a importância da representatividade de classe — classe trabalhadora — para que a resistência seja feita por quem realmente represente os interesses dos trabalhadores. Ressalta-se que a captura da subjetividade do trabalhador pela lógica do modo de produção capitalista e da sociabilidade burguesa acontece, mas não inibe a resistência e a luta da classe trabalhadora. A partir desse ponto, questiona-se: diante da manipulação social e da precarização do trabalho, como resgatar o vínculo dos trabalhadores? No contexto da ofensiva de mercado, abalizada em ações individuais, como resgatar o verdadeiro sentido do ser-genérico? Sem dúvida, são questões importantes que poderão levar ao aprofundamento de outras pesquisas que, nesse momento de final de mestrado, não é possível responder, mas num futuro próximo, em nível de doutoramento, certamente servir-me-ão como ponto de partida.

REFERENCIAS

- ALCOFORADO, Mirtes Guedes. **Elaboração de projetos de pesquisa.** Capacitação em Serviço Social. CEAD/UNB, 2009.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. **Trabalho e Subjetividade.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. In: **Textos & Contextos**, V.12, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/15882/10735>>. Acesso em: 05 de Dez. de 2017.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Os sentidos do trabalho.** 7ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **O continente do labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **A dialética do trabalho.** São Paulo, expressão popular, 2013.
- _____. **Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015a.
- ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. In: **Serviço Social e Sociedade**, Nº 123, São Paulo, 2015b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n123/0101-6628-ssoc-123-0407.pdf>>. Acesso em: 05 de Dez. 2017.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no capitalismo tardio.** São Paulo: Cortez, 2011.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRENNER, Robert. **A crise emergente do capitalismo mundial: Do neoliberalismo à depressão?** São Paulo: Xamã, 1999.
- CORRIAT, Benjamim. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização.** Rio de Janeiro, Revan/ UFRJ, 1994.
- DEJOURS, Christophe e BÈGUE, Florence. **Suicídio e trabalho: o que fazer?** Brasília: Paralelo, 2010.
- DOSTALER, Gilles. **François Quesnay, fundador da Fisiocracia. Revista Alternatives Economiques.** Disponível em: <<https://www.alternatives-economiques.fr/francois-quesnay-fondateur-de-physiocratie/00025714>>. Acesso em: 16 de Ago. de 2017.
- FAUSTO, Ruy. **A pós-grande Indústria.** Nos Grundrisse (e para além deles). Lua Nova. São Paulo, CEDEC, Nº 19, 1989.
- GAZIER, Bernard. **John Maynard Keynes.** São Paulo: Coleção L&PM Pocket, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Para entender o capital**. São Paulo, boitempo 2013.

HUNT, Emery Kay e SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. 5 ed. São Paulo: Cortez 2012.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IASI, Mauro. **A Maldição e a Emancipação do Trabalho (Ou como a humanidade dançou e como ela pode dançar)**. In: Sociabilidade burguesa e Serviço Social. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo, instituto Lukács, 2012. 3 ed.

_____. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4 ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de ciências humanas, nº 4. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1978.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Conversando com Lukács: entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1982.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro I, Volume I. São Paulo: Victor Civita, 1983.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

- _____. **Grundrisse**. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.
- _____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- _____. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro I, Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- _____. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro I, Volume I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo: 2007.
- _____. **Estrutura Social e formas de consciência: a determinação do método**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. **A teoria da alienação em Marx**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências humanas, 1981.
- _____. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- _____. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**: Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/06.pdf>>. Acesso em: 04 de dez. de 2017.

WÜNSCH, Paulo Roberto. **O movimento dos trabalhadores frente ao complexo de reestruturação produtiva:** o sindicalismo dos metalúrgicos de Caxias do Sul. Bauru: Projeto Editora Práxis, Canal 6, 2013.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br